



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XI - Nº 186 - 1ª QUINZENA DE FEVEREIRO DE 2000 - R\$ 1,00

**O POR apóia a luta dos perueiros. Total liberdade de trabalho, nenhum imposto, fim da repressão.**

**Os perueiros só conquistarão o direito ao trabalho se conclamarem a classe operária e os camponeses pobres a apoiá-los.**



**O governo prepara mais ataques: Eliminação de direitos trabalhistas deve ser combatida com a luta.**

**Fora com os pelegos capachos que aceitam as imposições capitalistas!**

**GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, PELA DERRUBADA INTEGRAL DO PLANO ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR DE FHC**

**Chechênia: fora qualquer ingerência imperialista**

# A luta dos Perueiros

Desde 30 de novembro passado, todos os perueiros passaram a ser clandestinos, pois até esta data eram 2.350 legalizados, dos 15 mil perueiros da cidade de São Paulo.

Há mais de 1 ano eles vêm reivindicando a legalização para poderem trabalhar. Para muitos, essa é a única forma de ganhar o salário mensal, pois a política de recessão de FHC/FMI elevou enormemente o número de desempregados na cidade de São Paulo.

No ano passado, depois de várias manifestações, os perueiros conseguiram arrancar do prefeito (Pitta) a promessa de legalização de 4 mil peruas. Este chegou a mandar projeto de Lei para a Câmara dos Vereadores, porém não passou de promessas e a lei acabou não sendo regulamentada, expirando o prazo anterior.

A prefeitura com os seus fiscais passaram então a reprimir a qualquer momento os perueiros.

As repressões, as perseguições violentas, a apreensão das peruas e o impedimento de trabalho fez com que os trabalhadores retomassem as manifestações para exigir a regulamentação.

## Origem dos perueiros

A elevação do desemprego, a redução da frota de ônibus e os sucessivos aumentos das passagens de ônibus ao longo dos anos levou à formação de uma rede de milhares de perueiros em São Paulo. No governo de Erundina, a passagem de ônibus subiu de 17 centavos de dólar para 50. As empresas de ônibus recebiam da Prefeitura de acordo com as planilhas de viagens que apresentavam, não importando o número de passageiros, nem mesmo se efetivamente os ônibus estavam nas ruas ou não. O aumento de preço começou o negócio de peruas lotação, que não incomodava os capitalistas porque estes lucravam independentemente do número de passageiros transportados. Foi só a Prefeitura passar a pagar pelo número de passageiros transportados que os perueiros passaram a ser concorrentes dos empresários. Estes passaram a exigir a repressão ao transporte perueiro, no que contaram com a ajuda da direção conciliadora do

sindicato dos condutores.

## A posição dentro do Sindicato dos Perueiros

Os diretores do sindicato têm a posição de defesa da regulamentação de 4 mil peruas, porém um setor da categoria não concorda com essa reivindicação, exigem a regulamentação de toda a frota.

Neste momento esta questão divide as discussões no sindicato, mas os trabalhadores tem organizados as manifestações independentes das posições, pois lutam pelo direito de todos ao trabalho.

O direito pleno de todos ao trabalho é a única forma de lutar contra as máfias e gangues, que vivem de sua organização para viabilizar a propina e corrupção de policiais, fiscais, parlamentares etc.

## A posição dos patrões de transportes

Os patrões querem a retirada das peruas das ruas. Estes ganham rios de dinheiro com os subsídios públicos e a péssima qualidade que oferecem a população (reduziram o número de ônibus de 10 mil há anos para 6 mil e 500 hoje em dia) e ainda querem mais. Dizem que os perueiros tiram seus lucros e pressionam a prefeitura a jogar a polícia em cima dos trabalhadores, a prefeitura de pronto obedece.

## A posição Nefasta do Sindicato dos Condutores

Os patrões do transporte conseguiram convencer as direções do sindicato dos condutores de que a culpa por não pagarem o vale-transporte, cesta-básica em dia, por demitirem e pela "violência" sofrida pelos condutores é dos perueiros.

As direções acreditam tanto nesta mentira que passaram a exigir o fim das peruas, neste momento, fazem coro junto com a prefeitura (Pitta) e a Transurb exigindo a polícia. Gregório Poço presidente do sindicato chegou a participar de uma reunião com o Secretário de Segurança Pública de São Paulo para exigir segurança contra a violência em geral e



Perueiro é arrncado pela PM de seu veículo em São Paulo

contra os perueiros, sugerindo "que se colocasse policiais a paisana nas regiões mais críticas".

Triste posição de um sindicato dirigido pela CUT e por uma corrente que se diz chamar Corrente Sindical Classista.

## Os ataques aos perueiros

A violência repressiva aos perueiros é expressão da necessidade dos capitalistas dos transportes sustentarem seus lucros. Os policiais têm agido disfarçados ou fardados. Num bloqueio recente, filizaram um líder perueiro disparando contra seu rosto vários tiros. A violência também se desfecha com as multas e apreensão das peruas, que são sempre as de motoristas independentes. O movimento deve ser apoiado ao reivindicar a anulação das multas e devolução das peruas sem estragos aos seus donos.

## O que deveria fazer o Sindicato dos Condutores?

1º Apontar os lucros das empresas de ônibus com os subsídios repassados pela prefeitura

2º Mostrar que os empresários querem sempre diminuir a frota de ônibus para lucrarem e que as peruas prejudicam este lucro.

3º Organizar os condutores para lutarem juntamente com os perueiros por salários reais e pela estatização das empresas de ônibus sob o controle dos trabalhadores

4º Chamar a unificação de todos os trabalhadores para pôr abaixo os governos da burguesia que arrocham salários e desemprega milhões com os seus planos de fome.

O POR apóia a luta dos perueiros. Total liberdade de trabalho, nenhum imposto, fim da repressão. Os perueiros só conquistarão o direito ao trabalho se conclamarem a classe operária e os camponeses pobres a apoiá-los.



## Os ataques aos direitos trabalhistas

# Mais um ataque contra a vida dos trabalhadores

Uma das metas da reforma neoliberal era de extinguir o regime trabalhista do funcionalismo público. Os políticos da burguesia e o governo fizeram uma enorme campanha contra o que chamam "privilégios do funcionalismo". O que seriam? Regime de estabilidade para o concursado, aposentadoria igual ao último salário e critérios específicos de Previdência. O suposto privilégio diz respeito em comparação ao regime trabalhista que regulamenta a situação dos trabalhadores no setor privado. Não têm estabilidade, a maioria se aposenta com o salário mínimo, o teto é de 10 salários mínimos e outras diferenças para pior da Previdência.

Como se vê, os políticos da burguesia e o governo julgam "os privilégios" do funcionalismo de acordo com o regime de escravidão da CLT. Lembremos que mesmo a CLT é considerada pelos exploradores como arcaica porque "engessa" as relações de trabalho. Por isso, já se implantou o que chamam de "flexibilização do trabalho" (contrários temporários, não obrigatoriedade de assinatura de carteira, não pagamento de direitos trabalhistas

etc).

Por todos os lados, os capitalistas vêm "privilégios" para os trabalhadores. Evidentemente, não há nada de estranho nisso. Objetivam aumentar a exploração do trabalho. É daí que acumulam capital.

No caso do funcionalismo, a Câmara dos deputados acaba de aprovar um projeto de lei que extingue o regime trabalhista do servidor e enquadra todos os futuros concursados no regime CLT. Passaram agora a usufruírem do "privilégio" do salário mínimo de 136 reais. É claro que os militares, a casta governamental e os deputados terão um regime diferenciado. Para esses parasitas, aí sim vale o adjetivo de privilegiados.

Ao acabar com o Estatuto do Funcionalismo Público, o governo disfece um brutal golpe nas condições de existência desses trabalhadores. O Estado economizará às custas da miséria do servidor, que há 6 anos não tem reajuste e a maioria já sobrevive apertada. Os salários já estão esmagados, para isso não era preciso extinguir o regime contratual do funcionalismo. O objetivo é de impor o regime previdenciário de

fome e miséria saído também da reforma neoliberal, demitir em massa e impor os contratos de trabalho temporário (frente de trabalho, terceirização etc).

Quanto mais economizar com o funcionalismo, mais sobrar para pagar os banqueiros internacionais. Não é por acaso que também esse aspecto da reforma de FHC foi ditado pelo Fundo Monetário Internacional.

O governo e o Parlamento puderam expropriar pequenos direitos do funcionalismo porque a burocracia da CUT e a direitista Força Sindical têm bloqueado o movimento operário e traído os interesses do funcionalismo. A base trabalhadora do funcionalismo está descontente. É preciso transformar a revolta em ação política. Exigir dos sindicatos a convocação de assembleias, a formação de comitês e preparar as condições para uma greve geral contra o conjunto da reforma antinacional e antipopular de FHC.

Somente a unidade do funcionalismo com a classe operária e os camponeses pobres poderá criar um amplo movimento para derrubar as medidas de ferro e fogo da burguesia.

## Emenda Constitucional piora a situação dos trabalhadores agrários

O consultor jurídico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão de representação patronal, considerou um grande feito a aprovação da Emenda Constitucional que regulamenta as relações trabalhistas no campo pela CLT. Segundo ele: "hoje, o ônus é todo dos proprietários rurais e representa um desestímulo muito grande a assinatura da carteira de trabalho".

Essa fala evidencia a essência da Emenda. Os trabalhadores terão de arcar com encargos sociais. E também elimina direitos de aposentadoria de milhões que não têm carteira assinada. Confor-

me estimativas oficiais, apenas 29% de 15 milhões de trabalhadores do campo têm carteira assinada. Pela Constituição e pelo sistema anterior de Previdência, os trabalhadores rurais podiam exigir o reconhecimento dos anos trabalhados e não regulamentados pelo patronato. Com a Emenda Constitucional, só poderão exigir o reconhecimento dos últimos 5 anos, perdendo os demais anos burlados pelos capitalistas.

Para os pelegos da Contag denunciarem que os trabalhadores rurais "perderão direito a férias e ao 13º salário, além de ter problemas com as aposentadori-

as", é porque a violência da reforma constitucional é bárbara. Por todos os lados, o governo ataca os trabalhadores. Mas a burocracia sindical mantém os explorados fragmentados.

A situação de opressão capitalista coloca a necessidade de unir a maioria trabalhadora em torno de uma plataforma de defesa da vida dos oprimidos, que permita a ação direta e a elevação da consciência política das massas. Se os trabalhadores não se levantarem unitariamente contra a burguesia e seu Estado, estes imporão uma barbárie ainda maior.

## Mais um fuzilamento no campo É preciso a auto-defesa

Um sem-terra José Elenilson dos Santos foi fuzilado por pistoleiros contratados pelo fazendeiro Pedro Duarte, na fazenda São Pedro, em Atalaia, Alagoas.

Duzentas e cinquenta famílias ocupantes da São Pedro foram atacados por 18 homens fortemente armados. José Elenilson tombou com três tiros ao resistir que um trator passasse por cima dos barracos. Revoltados os camponeses queimaram plantações e bens da fazenda.

Esse ódio de classe deve se transformar

em consciência e organização revolucionária. É hora do MST colocar para o conjunto do movimento a organização da auto-defesa, constituindo comitês agrários por todo o país. Trata-se também de travar um combate para que os trabalhadores urbanos apoiem o movimento de auto-defesa dos camponeses e através dos sindicatos operários se organizem para a luta.

Os assassinatos de sem-terra não são um fato isolado. Recentemente, a polícia matou um grevista no Distrito Federal.

Em São Paulo, um perueiro manifestante foi executado pela polícia militar. A burguesia não tem como atender as reivindicações dos explorados e está obrigada a utilizar a violência reacionária contra os movimentos.

A luta de classe vai se agudizar ainda mais no país e devemos esperar a intensificação da violência do Estado e das milícias particulares dos capitalistas. O MST e os sindicatos têm o dever de colocar para os trabalhadores a auto-defesa.

### Brasil

## Um indicador de atraso econômico e social

Em um artigo publicado na Gazeta Mercantil, Hans Diter Hahn, consultor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, revela que "cerca de 20 milhões de brasileiros não têm eletricidade em casa". Corresponde a 4 milhões de moradias rurais sem ter acesso ao mais elementar da civilização capitalista.

O articulista descreve a situação assim: "Ainda hoje, em certas regiões, a iluminação é feita por velas ou lampiões. A comida é conservada em lugares frescos (poços, por exemplo) ou é salgada ou desidratada (charque). A água é trazida do poço ou do riacho mais próximo. A comunicação com o mundo exterior é feita por meio de rádios de pilha".

Tais dados são apresentados para justificar a necessidade de investimento na geração de energia. Mas o que chama a atenção não é "boa intenção" do consultor capitalista da FIERGS. E sim indi-

cadores do atraso econômico e das condições primitivas a que estão sujeitos milhões de seres. Refletem os traços pré-capitalistas que ainda se conservam no campo. Coexistem com a mais alta tecnologia dos centros industrializados.

O Brasil é um exemplo definido da convivência integrada da economia primitiva com a indústria capitalista avançada. Essa relação, entretanto, não será superada sob o capitalismo. Por mais que as relações capitalistas penetrem no campo não têm como resolver essa característica semicolonial. O desenvolvimento industrial integrado, que perpassa todos os Estados e atinja os rincões mais atrasados, implica num extraordinário salto das forças produtivas, que nas condições de desintegração do capitalismo mundial já não é possível.

O Brasil semicolonial é parte do capitalismo internacional, sob o domínio do imperialismo, ou seja, do capital finance-

iro. O que não quer dizer que não poderá estender a eletrificação para uma parcela desses 20 milhões, no entanto não resolverá o atraso e a situação de miséria da maioria.

A superação dessa contradição depende do proletariado, classe que encarna as forças produtivas em choque com as relações capitalistas de produção. A revolução agrária e a emancipação integral do país frente à opressão imperialista são um passo necessário para iniciar a obra de erradicação do atraso e da miséria. Essas tarefas são parte da revolução proletária. Os camponeses sairão da condição de subserviência e da escuridão aliando-se ao proletariado para derrubar o poder da burguesia. Para isso, a classe operária terá de se emancipar da política burguesa através da construção do partido revolucionário.

## O que é ser trotskista?

Em 12 de agosto de 1938, Leon Trotsky respondeu perguntas de Lloyd Tupling. Entre elas: Você poderia dar-me uma definição de um "trotskista"?

Certamente, essa indagação tem a ver com toda difamação de Stalin contra Trotsky, que procurou dar-lhe uma imagem de traidor, contra-revolucionário, agente do imperialismo, anti-marxista etc.

Vejamos a resposta:

"Um 'trotskista' é alguém que, baseando-se teoricamente nos pontos de vista marxistas, liga sua atividade à luta dos trabalhadores por sua emancipação; que baseia suas esperanças

num futuro melhor exclusivamente na consciência das massas trabalhadoras; que está livre de quaisquer considerações de profissão ou interesse pessoal; que é suficientemente forte para suportar calúnias, perseguições e armadilhas clandestinas; que encontra sua maior satisfação, não nas vantagens pessoais, mas no progresso geral da humanidade".



Leon Trotsky - "Escritos", tomo IX, vol. 2, página 600, editorial Pluma

# Lutar contra a reforma educacional do governo para defender o emprego, salário e a escola pública

1. O governo vem impondo a reforma do ensino público. Segue a orientação do Banco Mundial e FMI. O conteúdo central é o da desobrigação do Estado para com a escola pública. Primeiro foi a vez de transferir o ensino fundamental para os municípios. Hoje mais de mil escolas foram municipalizadas. Em seguida, redução da grade curricular e um Plano de Carreira que eliminou quase todas as conquistas do magistério. Depois, foi a vez do fechamento dos cursos de magistério e de grande parte das suplências presenciais, em seu lugar criaram as tele-salas (onde um monitor se responsabiliza por todas as disciplinas). Agora, espera o dinheiro do Banco Mundial para implantar as mudanças no ensino médio e a votação na Assembléia Legislativa para criar a Previdência privada e o aumento das alíquotas. Como se vê, passo a passo o governo destrói a educação gratuita e amplia as condições para a privatização.

2. As consequências dessas medidas são as mais perversas possíveis. Os municípios não têm recursos e o Fundef em pouco tempo revelou-se uma farsa. A corrupção tomou conta. Não é por acaso que a diretriz é a da parceria com empresas (mecanismo de privatização). As demis-

sões foram violentas. Mais de 40 mil professores foram desempregados. Os funcionários estão sendo substituídos pela frente de trabalho (contrário temporário e salário mínimo). Os reajustes salariais estão congelados há mais de 5 anos. Não há vagas para todos os alunos. As salas estão superlotadas. As condições de trabalho cada vez piores. Os professores estão obrigados a esmolar aulas nas atribuições. Nesse ano, em alguns Estados, a exemplo de Rondônia, o governo demitiu numa só penada 10 mil funcionários públicos, entre eles 4 mil professores.

3. Os sindicatos só tem colaborado com o governo. A Udemo e o CPP de pronto se colocaram favoráveis às medidas de Covas. A diretoria da Apeoesp, que se diz contrária, tem se calado diante da privatização e destruição das conquistas dos professores. Não tem convocado mais as assembleias para decidir as formas de resistência e partiu para as negociatas de cúpula (diretoria e governo). Privilegiou as ações judiciais, os abaixo-assinados e as visitas aos parlamentares. Os resultados são visíveis: o governo continua, sem nenhuma resistência, a impor a reforma e a diretoria cumprindo o seu papel de burocratas que se curvam diante do governo.

4. Os professores estão desorganizados e uma parte totalmente alheia aos acontecimentos. De um lado, o governo se aproveita dessa condição para seguir com a reforma e, de outro, as direções sindicais se apóiam também nessa situação para transformar os sindicatos em apêndice da política do Estado. Reverter esse quadro depende de um trabalho de organização e politização dos educadores. É claro que a resistência à reforma educacional depende da unidade dos trabalhadores. Isso porque essa reforma é apenas uma parte das reformas pró-imperialistas que vêm sendo implantadas em nosso país. Ela se soma com o fim da Previdência pública, a privatização das estatais, a abertura total do mercado etc. Por isso, lutar contra a reforma da educação é enfrentar o conjunto de medidas neoliberais, descarregadas sobre a maioria trabalhadora. Não é por acaso que aumenta o desemprego, a fome e a miséria em todo o país.

5. Nesse sentido, nós professores que lutamos contra o governo (que massacrava e destrói a educação gratuita) e contra a diretoria da Apeoesp (que está de joelhos diante de Covas), estamos convidando os companheiros para discutir e aprovar as formas de resistir a esse brutal ataque.

## Apeoesp

### A Articulação se opôs a realização de uma assembleia regional

No dia 28 de janeiro foi realizada uma reunião com representantes de escola da região oeste-Lapa. O objetivo era organizar o professorado para combater as medidas do governo Covas: fechamento de salas, demissão de professores, ampliação das classes de aceleração de 5 a 8 séries, suplência não presencial (tele-sala), nenhum reajuste salarial e superlotação das salas de aulas.

Diante da ofensiva governamental, a Corrente Proletária na Educação e militantes de Oposição à diretoria da Apeoesp defenderam a realização de uma Assembleia regional e a exigência de convocação imediata de uma Assembleia Estadual. A Articulação, que trouxe inclusive mais um membro da diretoria, se colocou contra. Esse diretor do sindicato e mais os outros conselheiros da Articulação na região foram claros em defender a política colaboracionista, iludindo os professores com as promessas de gabinete entre a diretoria e a Secretária da Educação. O argumento é de

esperar o fim das atribuições de aulas para os professores contratados. Ou seja, esperar o desemprego para depois ver o que fazer. O mesmo que fizeram de 1995 a 1999, quando 40 mil professores foram demitidos e nada foi feito.

A diretoria, corrente Articulação, conseguiu aprovar essa política de não organizar os professores para resistir às medidas governamentais. Desta vez, contou com 3 votos de militantes da região que compuseram com o PSTU a chapa 4 nas eleições para a Apeoesp.

Há muito tempo que a diretoria não convoca o magistério para decidir os rumos do movimento. A assembleia é um instrumento legítimo e soberano para que a classe possa deliberar a pauta de reivindicações e os métodos de ação. Em seu lugar, tem realizado as negociações por cima da classe e os métodos de ação. O governo continua impondo uma reforma educacional oposta aos interesses dos educadores, pais

e alunos. Um reforma a serviço da privatização.

Como vemos, de um lado o governo avança com a reforma pró-imperialista e, de outro, o alto grau de burocratização do sindicato. Ao invés de organizar a classe, a diretoria compra os conselheiros com a liberação (paga os conselheiros), age com gangsterismo, utiliza a Justiça burguesa para processar seus opositores, faz do departamento jurídico do sindicato um cabide de emprego para os seus apadrinhados.

A Corrente Proletária na Educação denunciou todas essas falcatruas e chamou os professores para resistir ao desemprego, baixos salários e o fim de nossas conquistas. Para isso, realizará uma panfletagem nos postos de atribuição e uma reunião para organizar a luta. Para barrar a política de Covas e o imobilismo colaboracionista da diretoria é necessário a mobilização. Somente a ação direta e a unidade dos trabalhadores poderão reverter esse processo de destruição da escola pública.

## Professores Municipais - SP

# \* É preciso preparar de fato o movimento de resistência à municipalização

Iniciamos o ano letivo e a proposta da Secretaria Municipal da Educação - SME - de alteração do plano de carreira do magistério não foi ainda a votação na Câmara. Mas o governo corrupto de Pitta precisa da aprovação desse projeto, que altera as jornadas básica e integral e reduz o piso salarial, tendo em vista que a municipalização começou a ser implantada na capital e este "novo plano de carreira" faz parte dessa mudança. Transferir a responsabilidade do ensino de 1ª a 4ª séries para o município é a meta inicial do governo Covas. E os primeiros passos já foram dados. Basta lembrar do que ocorreu em dezembro passado, quando do processo de formação das salas de séries iniciais. Na rede estadual, o cadastro dos alunos foi centralizado via delegacias regionais de ensino, para sorteios e transferências de vagas. E o resultado foram salas ociosas e demissões de professores PEB1. Na rede municipal, por sua vez, para justificar as verbas do Fundef, Pitta aumentou o número de vagas no Ensino Fundamental, mantendo o mesmo espaço físico.

Conclusão: ao invés de acomodar os alunos vindos das pré-escolas, inchou a rede, superlotando salas, criando escolas fantasmas, mantendo alunos e professores fora da escola etc.

Como se vê, a tão precária educação está sendo mais sucateada ainda com o processo de municipalização.

E o mais grave é que esse processo só tem avançado por culpa das direções sindicais, que colaboram com os governos privatistas, seja diretamente, fazendo negociatas de bastidores, ou indiretamente, quando enganam os trabalhadores com o método das pressões parlamentares, caravanas a Brasília etc.

Ou seja, combatem o verdadeiro método de luta dos assalariados, que é o da unidade grevista e propõem em seu lugar métodos paliativos. A exemplo da Apeoesp, dirigida pela corrente Articulação, que nesses últimos anos só tem negociado com o governo Covas, a cada passo da reforma, "como diminuir o número de demitidos", ao invés de organizar o movimento de resistência ao desemprego.

O Sinpeem, dirigido pelo PCdoB, por sua vez, chama atos isolados, só de professores municipais, de pressão à Câmara e com eixo descolado da reforma como um todo, como se apenas Pitta tivesse alterado o plano de carreira. Alegam que essas ações têm feito o governo recuar. Ora, de fato recuou na questão da jornada, do ticket, momentaneamente, mas, em compensação, inchou a rede, demitiu professores (contratados), superlotou salas etc. Como se vê, o PCdoB esconde do magistério a outra face que é o resultado da sua política de pressão parlamentar.

É preciso entender que a política do governo Pitta não é diferente das dos de-

mais prefeitos e governadores. Todos estão rezando a cartilha de FHC na reforma educacional privatista patrocinada pelo Banco Mundial. E a essência é cortar gastos públicos, enxugar a máquina, e, se der, "alfabetizar".

Dessa forma, é preciso acomodar o magistério às novas redes inchadas e superlotadas. E, como consequência, é preciso demitir, a exemplo dos dez mil em RO. São precisos novos concursos seletivos, com salários mais baixos, com piso salarial equivalente ao custo-aluno. É preciso atacar a estabilidade e o Estatuto do Magistério e contratar com base na CLT e sem direitos trabalhistas, a exemplo de Itapevi. Essa é a nova face do plano de carreira aos moldes da municipalização. Uma política educacional centralizada pelo Estado, governos federal, estadual e municipais, não pode ser combatida apenas com negociatas infundáveis nos conselhos municipais ou atos isolados por categoria e caravanas a Brasília.

É necessário superar essa política demagógica das direções sindicais e construir de fato a resistência do magistério às reformas neoliberais malditas. E não há outro caminho, senão o da preparação da greve e a unidade com os demais setores. Unir magistério municipal e estadual, através das assembleias intercategorias e caminhar para a unidade do funcionalismo.

## Funcionários de Escola/SP

# Covas Escraviza Funcionários

Entramos no mês de fevereiro, com uma sobrecarga de trabalho. No setor administrativo são as atribuições de aulas e os prazos de digitação que a secretaria da educação impõe às escolas. Isso acaba por obrigar os funcionários a trabalharem nos finais de semana, fazendo serviço extraordinários e sem pagamento, pois o governo diz que não pode pagar horas-extras para o funcionário da

educação, portanto trabalhamos aos sábados e domingos como escravos.

No setor da limpeza, são os trabalhadores da frente de trabalho. A Secretaria da Educação fez uma propaganda de que a escola deveria estar bem limpa e pintada etc., então as diretoras de escolas deram todo este trabalho para ser executado pela frente de trabalho.

É evidente que o trabalho contratado

sem nenhum tipo de vínculo empregatício (sem nenhum direito trabalhista) já é uma super exploração, os contratados recebem R\$150,00 por quatro dias de trabalho por semana, um dia é para um tal curso de reciclagem (não ensinam uma Profissão, apenas fazem um falatório sobre o que é a globalização). Mas neste mês foi pior. Os trabalhadores foram obrigados a trabalharem muitas vezes

nos fins de semana para fazerem pinturas nas escolas (trabalho especializado que muitas vezes leva mais de um mês a ser feito). Toda essa situação nos faz acreditar que o governo Covas quer instituir o trabalho escravo dentro da educação.

### **E o Sindicato onde está?**

Desde dezembro estamos esperando que a diretoria da AFUSE cumpra a decisão da Assembléia realizada no ano passado de convocar amplamente uma

assembléia unificada com todos que trabalham dentro da escola para discutirmos esta exploração do governo Covas. Porém, até agora, não recebemos nenhum comunicado. Talvez a diretoria da AFUSE esteja esperando chegar o final do ano novamente para fazer suas demagogias.

O que os funcionários da Educação devem fazer neste momento?

Devemos exigir o cumprimento da decisão em assembléia, pois temos de

nos reunir para

Superarmos esta situação imposta pelo governo, que arrocha salários e superexplora o trabalho.

Devemos exigir a assembléia convocada amplamente e unificada com os trabalhadores da frente de trabalho, para lutar por aumento real de salário e contratação imediata de todos os trabalhadores da frente de trabalho

Diminuição das Horas de trabalho  
e Nenhum tipo de trabalho extraordinário.

## **Letras/USP**

# **PCO pede à justiça burguesa e à polícia que o ajudem a quebrar a decisão dos estudantes**

O PCO (Partido da Causa Operária) entrou na justiça para reivindicar a posse da diretoria do centro acadêmico da Letras-USP (CAELL). As eleições para o CAELL são proporcionais desde 1994, quando um plebiscito, na eleição com maior participação de alunos no curso, votou pela mudança do estatuto. Desde então a diretoria vem sendo composta pelas chapas participantes das eleições, proporcionalmente de acordo com a votação obtida.

No ano passado, 4 chapas disputaram a eleição do CAELL, e o resultado foi: Muda Caell (PCO) - 33%, Dialética (Articulação e independentes) - 29%; Na Letra da Luta (POR e independentes) - 25%; Inimigos do Rei (PSTU e independentes) - 12%. Acontece que o PCO, depois das eleições, passou se recusar à participação na diretoria com as demais chapas. Pleiteia a posse majoritária. Foi à justiça (embora não contasse para isso nem mesmo com o apoio de sua chapa inteira) e forjou um processo, bem aos moldes estalinistas de mentiras e falsificações, apresentando o estatuto antigo (majoritário) e a ata da eleição, na qual foi a chapa mais votada. Com isso, conseguiu do juiz o que juridicamente se chama "tutela antecipada" do CAELL.

Apareceu no dia da matrícula dos calouros deste ano exibindo um xerox dessa decisão judicial e exigiu a posse do centro acadêmico, ameaçando em alto e bom som, na frente de dezenas de alunos ingressantes, chamar a polícia para executá-la. Seu militante Silvio Franciscato, ao invés de trazer sua chapa organizada para reivindicar a posse do CAELL, or-

ganizou uma tropa de militantes pagos (não alunos) do PCO e adentrou a uma reunião organizada pelo centro acadêmico, atlética e DCE com os alunos calouros, exigiu que quem falava se calasse, arrancou os fios do microfone, trocou empurrões e exibiu o papel que supostamente lhe dava tutela sobre o CA. Diante da confusão armada, os calouros se retiraram da sala e a segurança do prédio fechou o local.

### **A que servem o apoio da justiça e polícia e os métodos gangsteris**

O PCO, não é de hoje, tem como prática a utilização da justiça sobre o movimento sindical e estudantil e dos métodos gangsteris para arrebatam ou manter o controle sobre o aparelho das organizações de massa.

Em 1991, organizou sua gangue para agredir militantes do POR na porta da fábrica Swift (antes Bordon), quando distribuíam panfletos da oposição. Em 1997, Fizeram o mesmo com militantes do PSTU junto à Sadia. Nas eleições da Apeoesp de 1996, contrariando a decisão da Chapa 3, entraram na justiça pedindo que intervisse sobre o sindicato.

A resposta do PCO às críticas é que como eles são o partido revolucionário e lutam por um fim justo, todos os métodos são válidos e utilizáveis, não importa nenhuma consideração de ordem moral. Isso eles tem afirmado claramente desde que se abriu essa discussão entre os integrantes da chapa 3 da Apeoesp.

A partir desse único princípio, que é o de não ter princípios, seus militantes agem como verdadeiros bandidos no interior do movimento. No caso da Letras, as mentiras, calúnias, agressões físicas, intimidações, roubo de fichas de matrícula paralela dos alunos, tentativas de sabotagem das assembléias, descumprimento das decisões soberanas destas, tentativas de dividir os alunos, jogando os da noite contra os da manhã, são expressão desse "princípio", tão combatido por Trotsky em suas críticas ao estalinismo (ver "A Moral Deles e a Nossa", também traduzido como "Moral e Revolução"). E que chega ao seu ponto alto com o pedido de intervenção judicial no CA.

A justiça burguesa é parte integrante do Estado burguês, assim como o aparato repressivo (polícia). Servem para a classe dominante preservar sua ditadura de classe contra os explorados. Atuam contra os movimentos sociais e as lideranças para salvaguardar os interesses dos capitalistas e seus governos.

Nenhum ativista classista, que tem instinto ou consciência de classe, se utiliza da polícia contra outro militante ou corrente do movimento, porque sabe que a polícia é o braço armado dos exploradores. A ação da polícia sobre o movimento só pode prejudicá-lo, em benefício dos capitalistas e seus governos. A polícia é quem executa as ordens judiciais contra o movimento. Não há separação total entre um e outro, ao contrário. Por isso, buscar resolver os conflitos do movimento pela via judicial é assumir que está disposto a pedir ajuda

à polícia contra o movimento, contra a democracia operária. A utilização do meio judicial, que é próprio dos capitalistas, só pode ser feita pelo movimento contra os capitalistas, seu governo e instituições, e de modo secundário (subordinado à ação direta).

A democracia operária é oposta à democracia burguesa em todos os aspectos, inclusive em como resolver os conflitos. São as decisões coletivas das assembleias que se aplicam. Se há práticas como calúnias, desvio de dinheiro, delações etc. é o movimento quem julga e pune, de forma independente da justiça e do Estado burguês.

Mas o PCO não pode recorrer à democracia estudantil (aplicação da democracia operária no movimento estudantil). Porque seus interesses estão em contradição com as decisões dos estudantes. O que pretende fazer na direção do CA não pode ser submetido às decisões coletivas das assembleias.

Quando a trazer gente profissionalizada pelo partido para ajudar a impor sua vontade pela força, com intimidação e agressão, não tem nada a ver com o apoio militante na atuação e nos movimentos, que é uma prática revolucionária, rompendo o corporativismo. O que faz o PCO é utilizar um método semelhante ao do fascismo, que invade com seu grupo as organizações de massa e os movimentos e os ataca fisicamente para impor sua vontade. O objetivo do fascismo é destruir o movimento e suas organizações de massa. Mas os fins não podem ser dissociados dos meios, e os métodos semelhantes levam a fins semelhantes: o método gangsteril nos movimentos levam-nos à destruição e domínio de organizações mafiosas. Os métodos gangsteris do PCO colocam-no como agente destruidor do movimento e das organizações de massa.

### **A que fins se ligam esses meios Qual tem sido a linha do PCO na Letras, e por que não pode se apoiar nas decisões dos estudantes?**

Os alunos de Letras têm enfrentado, ao longo dos últimos anos, a destruição do curso pela falta de professores. A diretoria do CA, dirigido pelo PSTU, teve ao longo desse período uma conduta vacilante. Ora tinha de encaminhar as deci-

sões de assembleias, e para isso se juntava à mobilização, ora se colocava contra, em função de interesses eleitorais e de aparelho. Em 1998, aprovou-se o Ciclo Básico, que impunha um processo de exclusão dos alunos e adaptação do curso à falta de professores, sem resistência do CA. O PSTU estava mais preocupado em fazer campanha eleitoral e preservar o controle do aparelho. Negou-se a chamar uma assembleia de alunos para discutir a questão, conforme propunha o POR, por medo de que a assembleia alterasse o processo eleitoral, no qual o PSTU se curvou a independentes que propuseram e efetivaram a exclusão da chapa em que participávamos.

Desde então, vínhamos fazendo uma campanha de denúncia e combate ao ciclo básico.

No início do ano, boa parte dos alunos estava iludida com as vantagens apresentadas pela propaganda da faculdade em relação ao ciclo básico. O CA não se contrapunha e o boletim Na Letra da Luta era a única voz discordante. No início do segundo semestre, boa parte dos estudantes já sentia na pele as consequências da reforma excludente e começou a se mobilizar contra. Foi então que o PCO percebeu a oportunidade de aparecer e tentar arrebatar o CA.

Formulou então uma proposta de ciclo básico optativo, que poderia agradar a todos os alunos, os que são contra e os

que são a favor do ciclo básico. Pregou que o problema da falta de professores poderia ser resolvido no restrito universo do curso de Letras. Contrapôs-se sempre às colocações de que a luta da Letras era uma luta geral e que precisa se projetar para o conjunto da faculdade, da Universidade e para o conjunto da sociedade, pois teria de enfrentar o governo. Tentou utilizar o movimento como elemento de barganha junto à diretoria (método do sindicalismo pelego), para se apresentar aos alunos como ganhador de conquistas. Finalmente, montou uma chapa sobre a base da despolitização e da confusão política (procurou sempre identificar artificialmente as outras 3 chapas contra a sua) e fez uma campanha apresentando-se como defensora da luta e da cultura, novamente buscando votos de todo tipo de pensamento entre os alunos.

Essa política burocrática, voltada para a conquista do aparelho a qualquer custo, não pode posar sempre ao lado dos alunos, fatalmente teve de se contrapor às assembleias e decisões coletivas. Agora foi em busca de apoio do Estado burguês e seu aparato repressivo. Está na hora do movimento utilizar a democracia estudantil para avançar a mobilização e extirpar o gangsterismo. Exigir a imediata retirada do processo contra o centro acadêmico e que Silvio e o PCO paguem por seus ataques ao movimento estudantil.

## **O que diria Trotsky?**

O PCO, para desgraça do movimento operário, se diz trotskista. Vejamos o que diria Trotsky sobre suas colocações de que "todos os meios são válidos". Trata-se de um trecho do livro "A Moral Deles e a Nossa", no qual Trotsky ataca o estalinismo, que utilizava essa mesma premissa, papagaiada agora pelo PCO.

"O moralista ainda insiste: isto significa então que, na luta de classes contra o capitalismo, são permissíveis todos os meios? A mentira, a falsificação, a traição, o assassinio etc.?"

Respondemos: são admissíveis e obrigatórios apenas os meios que aumentam a consciência do proletariado, inflama sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão histórica e aumentam sua coragem e sua abnegação. **Donde se conclui, afinal, que nem todos os meios são válidos.**

Quando dizemos que o fim justifica os meios, disto deriva para nós **que o grande fim revolucionário repudia, entre esses meios, os procedimentos e os meios indignos que lançam uma parte da classe operária contra a outra; ou a sua organização, substituindo-as pela adoração dos "chefes".** Acima de qualquer outra coisa, **a moral revolucionária condena irreduzivelmente o servilismo para com a burguesia e o desprezo para com os trabalhadores,** que é uma das características mais arraigadas na mentalidade dos pedantes e dos moralistas pequeno-burgueses."



**Brasil, 500 anos de exploração e luta de classes**

# A Escravidão Negra

**Paulo Barbosa**

Embora seja “esquecido” pela propaganda oficial e pelos meios de comunicação, o escravismo preenche boa parte da história do Brasil. O sistema escravista não foi um simples fenômeno episódico, pelo contrário, marcou o desenvolvimento nacional, a cultura dominante e a estrutura de classes. A subordinação do país ao imperialismo, o racismo encoberto sob o “preconceito de cor” e as condições de vida dos trabalhadores negros, por exemplo, são herança do nosso passado colonial e escravista.

É tarefa dos trabalhadores conscientes compreender criticamente nosso passado: sua estrutura econômica, suas forças sociais e a resistência heróica dos explorados. Assim, é possível enfrentar os desafios da atualidade: derrotar o plano antinacional e antipopular de FHC, construir a unidade dos oprimidos por meio da frente única antiimperialista e lutar pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

## Acumulação primitiva e escravismo colonial

O sistema escravista no Brasil não surgiu por acaso, mas por necessidade econômica. No mesmo período em que na Europa desenvolvia-se o trabalho livre, nas colônias da América implantavam-se diversas formas de trabalho compulsório: a escravidão aberta ou disfarçada, de índios e negros na “encomienda”, “hacienda”, “plantation”, engenho fazenda e outras modalidades de organização econômica.

Foi a fase de acumulação primitiva, que possibilitou, na Europa, a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista. Tal processo representou profundas mudanças na força de trabalho e no capital. Quanto a força de trabalho e no trabalho significou a separação radical entre o produtor e a propriedade dos meios de produção; camponeses foram expulsos de suas terras, enquanto artesãos perdiam suas oficinas. Assim, produziu-se uma força de trabalho “livre” para ganhar um salário de miséria ou marginalizar-se.

“A criação do proletariado sem rumo - despedido pelos grandes senhores feudais e plantadores vítimas de expropriações violentas e repetidas - foi necessariamente mais rápido do que a sua absorção pelas

manufaturas nascentes... Daqui saiu, portanto, uma massa de mendigos, de ladrões de vagabundos”. (Karl Marx, O Capital).

Em relação ao capital, o processo de acumulação primitiva envolveu intensa concentração do capital, utilizando todos os mecanismos possíveis, saque, espoliação, roubo, massacres e guerras. A colonização inseriu-se nessa conjuntura.

“As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e da pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva” (Karl Marx, O Capital).

Nesse contexto, foi o surgimento do capitalismo, sob o domínio do capital comercial, que comandou a consolidação e generalização do trabalho escravo no Brasil Colônia. A formação social escravista brasileira estava ligada, de maneira determinante, ao comércio de açúcar, ouro, fumo, algodão, café e outros produtos coloniais. Isto representou uma elevada exportação de excedente econômico para a metrópole portuguesa, dependente da Inglaterra. De fato, o atraso dos países semicolônias como o Brasil é a outra face da riqueza das potências imperialistas (EUA, Japão, Europa Ocidental).

## A opressão escravista

O Brasil colonial e imperial organizou-se sobre a base do trabalho escravo, no qual o escravo e o senhor representavam as classes sociais fundamentais. Tudo estava voltado para garantir a sujeição dos escravos: técnicas de controle, doutrinas religiosas, legislação, cultura.

Os escravos encontravam-se no nível mais baixo da estrutura social escravista, suportando quase sozinhos os custos da produção econômica. O escravo era propriedade total e ilimitada do seu senhor, não tendo quaisquer direitos. Podia ser vendido, alugado, penhorado e morto. Era do amo a criança que ainda se gerava no ventre da escrava. O padre André João

Antonil, provincial dos jesuítas e reitor do colégio da Bahia no começo do século XVIII, colocava em pé de igualdade “escravos, cavalos, éguas e bois”. Nesse sistema, o escravo só poderia adquirir liberdade pela morte natural ou pela alforria.

Em relação à jornada de trabalho, não havia limite, estendia-se da aurora à noite, sendo de quinze e até mais horas por dia, domingos e feriados. Aos escravos batizados, a Igreja Católica dispensava aguardo e o descanso nos domingos e dias santificados. Pois as necessidades da produção justificavam a não obediência dos mandamentos bíblicos.

Na economia escravista, voltada para produzir mercadorias exportáveis, era antieconômico destinar terras e tempo de trabalho para a cultura de gêneros alimentícios. Assim, escravos morriam de fome em meio à riqueza gerada pelo seu trabalho. Alguns amos concediam ao escravo um dia da semana para o cultivo de uma espécie de mandioca. Textos da época falam de escravos que se alimentavam de raízes, rondavam a casa do amo mendigando comida e sorviam o azeite doce das lamparinas.

Morando em senzalas infectas e superexplorados, os escravos dos canaviais e engenho tinham um tempo médio de vida de cinco anos. A mortalidade infantil oscilava entre 70% e 80%, sem contar os abortos provocados pelas escravas.

Com certa idade, o escravo tornava-se improdutivo. Aos trinta anos estava fisicamente massacrado, incapaz para o trabalho pesado do canavial e do engenho. Segundo crônicas históricas, alguns senhores matavam os escravos incapazes para o trabalho. Outros, talvez mais “cristãos”, alforriavam tais escravos para morrerem na mendicância, cegos, aleijados, velhos e estropeados. Os escravos agrários, em relação aos urbanos e domésticos, eram os mais oprimidos e espoliados.

As classes dominantes escravistas, para sufocar qualquer rebeldia e manter o funcionamento normal do sistema econômico, construíram uma poderosa estrutura repressiva. Os castigos dados aos escravos não eram atos isolados. O terror tornava-se essencial para garantir a exploração e o cativo.

Inicialmente, os escravos recém-chegados, com tendência à rebeldia, eram submetidos ao “doce inferno”: agri-

lhoado (preso) pelos pés no trabalho das caldeiras acesas sete ou oito meses ao ano, vinte e quatro horas por dia. Em caso de falta leve o castigo era o tronco: pés, mãos e pescoço imobilizados durante dias, semanas e até meses entre dois pedaços de madeira retangular. Ou então, prendiam-se os pés e as mãos com um pequeno instrumento de ferro que o constringia a uma posição desconfortável, não raro deformante. Havendo reincidência, colocavam-no no cepo, grande toro de madeira suspenso sobre a cabeça e preso ao tornozelo por uma corrente. Às vezes, aplicava-se ao rosto do escravo uma máscara de folha de flandres dotada de pequenos orifícios para respirar e fechada na nuca a cadeado. Para se extrair confissões do escravo existia os "anjinhos", dois anéis de ferro

cujo diâmetro ia decrescendo à medida em que era torcido um parafuso, esmagando-lhe os dedos.

No entanto, a tortura mais representativa da opressão sobre os escravos chama-se pelourinho. Atava-se o cativo a um tronco ou coluna de pedra e açoitava-o na presença dos demais. Um negro robusto batia, enquanto outro contava os açoites nas costas, no peito, nos pés e na cabeça. Às primeiras chibatadas, a pele se desprendia da carne. Mesmo assim, o supliciado não podia reclamar, pois os castigos seriam dobrados. Terminado o suplício, derramava-se vinagre, água salgada ou pimenta sobre o corpo em carne viva, sendo o negro encarcerado sem nenhum cuidado.

Além desses tormentos comuns e regulares, assistidos também pelas senhoras e

seus filhos, há notícias de coisas horrendas: castração, destruição de dentes a marteladas, amputação de seios, vazamento de olhos, marca no rosto com ferro em brasa etc. Escravos eram arremessados vivos às caldeiras, passados na moenda, emparedados vivos, afogados e estrangulados.

Tais métodos não nasceram de uma suposta crueldade de amos e feitores, mas do regime escravista colonial montado para dar lucro aos senhores de engenho, comerciantes e à metrópole portuguesa, às custas dos escravos.

Hoje, sob a escravidão assalariada capitalista, milhões são torturados pela fome, miséria, baixos salários, superexploração, repressão e atraso cultural. Só podendo se livrar dessa situação pela morte ou com a revolução proletária.

## Rondônia

# Em defesa da unificação da luta de todos os explorados

Publicamos abaixo trecho de boletim da Corrente Proletária na Educação de Rondônia. Em Rondônia, o governo José Bianco (PFL), cumprindo fielmente as políticas ditas pelos países imperialistas, alega que está tomando medidas que estão aquém das exigências legais - Lei Camata (investimento de 60% do orçamento do Estado), pois está despendendo ainda 70% e demite mais de dez mil servidores, dos quais, cerca de seis mil e quinhentos são professores. Eis aí a farsa da legislação, quando fala de investimento no ensino fundamental. Estas práticas comprovam a destruição do ensino em todos os níveis e para que e a quem servem as leis burguesas.

O governo Bianco subestima a capacidade intelectual dos trabalhadores, até porque ele próprio afirma que os meios de comunicação estão exagerando, que está demitindo em tonto de 6, 7, 8 mil servidores, como se fosse um número insignificante, causando grande prejuízo à saúde e educação pública e acrescenta: "Quero novamente deixar a população tranqüila e dizer que os serviços do estado estão sendo prestados da mesma forma como vinham sendo prestados" (*Diário da Amazônia*, 24/01/00). Impossível: com o desfalque de mais de 5 mil servidores, pois os demais que continuam sendo explorados com salário de miséria e sobrecarga de trabalho, jamais conseguirão dar conta de tais serviços em quantidade e qualidade igual a antes que já não era edequado às necessidades da população rondoniense.

A Corrente Proletária da Educação rechaça o crescente desemprego implementado nos serviços públicos e privado

defendendo o emprego para todos que queiram trabalhar, defende também a unificação da luta dos servidores da educação a nível estadual, municipal e federal e demais servidores públicos como condição para unificar a luta de todos os explorados, como forma de organização de uma frente única antiimperialista e anticapitalista, através da organização de todos os explorados, vinculando a luta pela conquista das necessidades vitais imediatas (emprego, assistência à saúde, educação e moradia para todos etc.) à luta pela destruição definitiva do capitalismo e construção da ditadura do Proletariado (Sociedade Socialista) - fase de transição para a sociedade sem classe - a Sociedade Comunista.

A Corrente Proletária da educação rechaça ainda a prática das lideranças reformistas dos sindicatos, que reforçam as ilusões distracionistas eleitoreiras que só retardam a formação política revolucionária dos trabalhadores e isolam os movimentos, enfraquecendo a luta dos trabalhadores e a prática dos métodos de ação direta das massas (ocupações, bloqueios, saques, manifestações de rua etc.). Lutemos ainda:

- 1 - Pelo salário mínimo vital de R\$ 1.800,00;
- 2 - Por emprego para todos e implantação da escala móvel de salário e trabalho, reduzindo a jornada de trabalho sem redução de salários;
- 3 - Pela atualização de salários atrasados, inclusive do ano de 1998;
- 4 - Pela readmissão imediata de todos os funcionários demitidos pelo governo Bianco;
- 5 - Pela expropriação da rede privada de ensino e pela escola pública, laica e enraizada na produção social, como forma de ga-

rantir o acesso ao conhecimento científico;

6 - Pela expropriação dos latifúndios sem indenização e distribuição de terras aos camponeses pobres;

7 - Pela expropriação dos bancos, indústrias e grandes empresas, sendo colocadas sob o controle dos trabalhadores;

8 - Contra a destruição da região Amazônica pela burguesia internacional em parceria com a nacional;

9 - Pela democracia operária: ampla divulgação dos eventos da categoria em todas as escolas, boletins e meios de comunicação, para que todos possam participar da seleção para delegados; ampla participação das correntes minoritárias nos eventos com direitos iguais de intervenção; formação política da categoria com amplo acesso às teses das correntes minoritárias que circulam no movimento; prestação de contas das receitas e despesas do SINTERO em assembleias e congressos e/ou encontros de formação política, para serem apreciados e aprovados pela base;

10 - Pelo fim da terceirização de serviços em instituições públicas;

11 - Pelo fim dos contratos temporários de trabalho; Pela unificação da luta de todos os explorados;

12 - Pela suspensão imediata do processo contra Francisca, diretora do sindicato dos professores do Rio Grande do Norte, Regional de Ceará Mirim, aberto pela diretora da Escola Celso Cicco; Pela construção dos Tribunais Populares para julgar o punir os crimes da burguesia. Os seus tribunais jamais lhes condenarão pelos seus próprios crimes;

13 - Pelo governo operário-camponês - Ditadura do Proletariado (Sociedade Socialista).

# Escola de Quadros Internacional

No mês de janeiro, realizou-se a 1 escola de quadros do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Constaram dos seguintes temas básicos: 1) Programa e partido; 2) Teses do Oriente e a tática da frente única antiimperialista; 3) Revolução de 1952 na Bolívia e a Assembléia Popular de 1971; 4) A construção do partido mundial.

A escola de quadros possibilita a elevação teórica e programática da militância revolucionária. Esteve sob a premissa de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. Os marxistas atuam na realidade para transformá-la. Para isso, estão obrigados a exercer a teoria, assimilar as experiências da luta de classes, elaborar o programa e trabalhar para que o proletariado transforme de classe em si a classe para si.

A escola de quadros partiu da relação entre programa e organização em razão da necessidade de pôr em pé o Partido Mundial da revolução socialista, que como tal será composto de seções nacionais. O programa da IV Internacional é o Programa de Transição, redigido por Leon Trotsky. Trata-se das seções do Comitê de Enlace avançar a construção do partido aplicando o método, a estratégia, a tática e os princípios desse programa. O programa elaborado por cada seção responde às particularidades de cada país de acordo com o internacionalismo proletário. Tais particularidades correspondem apenas a diferenciações do capitalismo mundial, em cuja base está a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Seguimos o "Manifesto do Partido Comunista" que afirma que revolução é por sua forma nacional e por seu conteúdo internacional. O programa responde a esse fundamento.

É importante entender que o programa condiciona a natureza e a estrutura partidária. Daí a constatação marxista de que o programa é o partido. A estratégia da ditadura do proletariado, as táticas para derrotar a burguesia, as tarefas históricas e a teoria que embasa o programa não permitem que o partido tenha qualquer tipo de funcionamento. Este é um instrumento para o proletariado transformar suas lutas instintivas em revolução social. Princípios de funcionamento como centralismo democrático, trabalho clandestino e legal, constituição celular e quadros formados

por militantes profissionais, ou seja, aqueles que dedicam a vida à revolução, correspondem à exigência programática. A relação de interdependência entre programa e a organização leninista do partido foi amplamente debatido na escola de quadros.

O desenvolvimento da escola de quadros ocorreu dirigido por esse objetivo programático. O estudo das Teses do Oriente, resolução aprovada no IV Congresso da Internacional Comunista, se deu a partir de um informe dos principais aspectos. Verificou-se a justeza da distinção entre países imperialistas e semicoloniais, e a tática da frente única proletária correspondente aos primeiros e a da frente única antiimperialista aos segundos. A tática da frente única antiimperialista é necessária para o proletariado ganhar posição dirigente na luta antiimperialista e poder transformá-la em parte da revolução proletária. O objetivo estratégico da frente única antiimperialista de permitir a vitória do proletariado frente à burguesia imperialista e nativa está claramente exposto nas Teses do Oriente.

Não procedem as críticas dos revisionistas de que a tática da frente única antiimperialista já não tem mais vigência, sendo adequada apenas quando ainda havia colônias e movimentos nacionalistas de libertação nacional. Ou então a ridícula conclusão de que a frente única antiimperialista foi um erro da III Internacional, porque corresponde a uma visão etapista da revolução. A tática da frente única antiimperialista é um instrumento essencial para o proletariado nos países semicoloniais liderar a maioria nacional oprimida de forma independente contra o grande capital monopolista. Eis por que na frente antiimperialista o partido revolucionário se destaca por desenvolver a estratégia da ditadura do proletariado. Sem o partido e o programa não pode se constituir a frente única antiimperialista.

A frente popular, tática elaborada pelo estalinismo, se caracteriza por colocar as organizações operárias na dependência de uma fração burguesa. As chamadas Ligas antiimperialistas apregoadas por Stalin e todos os PCs tinham por estratégia a revolução democrática burguesa, implicando assim a colaboração do proletariado e camponeses à suposta fração burguesa pro-

gressista (antiimperialista). A frente única antiimperialista, ao contrário, permite o proletariado separar a maioria explorada da direção burguesa ou pequeno-burguesa.

A revolução de 1952, na Bolívia, foi estudada com o objetivo de assimilar a experiência do POR, que através da luta política contra o nacionalismo, da crítica e da auto-crítica de sua própria atuação revela as leis da revolução, a estratégia programática e a tática revolucionária. Uma das lições fundamentais é a de que se as massas insurretas não estiverem sob a liderança do partido revolucionário não há possibilidade de sua vitória contra o poder burguês, e que a direção nacionalista acaba por se tornar fator da contra-revolução e se transforma em pró-imperialista. As massas não puderam amadurecer a tempo para impor o governo operário e camponês porque o POR não conseguiu superar suas debilidades e se destacar como presença física, dirigente, no seio das massas. Estas não puderam superar a confusão criada pelo nacionalismo burguês, que manobrou com as consignas levantadas pelo trotskismo.

O POR esteve cindido em duas frações: A direitista que apregoava que o MNR poderia cumprir um papel revolucionário contra a que defendia que o POR deveria ajudar as massas da direção nacionalista através do programa e da tática da revolução proletária. A ala capituladora do POR seguiu as posições do pablismo, corrente revisionista do trotskismo. A fração revolucionária assegurou a continuidade do POR. Sem essa conduta revolucionária e a extração de todas as lições da revolução de 1952 o POR não poderia ter subsistido aos acontecimentos e hoje ser indiscutivelmente um fator programático da revolução. O pablismo que capitulou diante do nacionalismo acabou por inverter os valores, acusando o POR de nacionalista. Os grupos revisionistas do trotskismo, como seitas, repetem até hoje a mesma difamação, sem se dar o cuidado de estudar os acontecimentos e os escritos de Trotsky.

Quanto à Assembléia Popular de 1971, analisamos a importância da aplicação da tática da frente única antiimperialista. O POR jogou um papel fundamental na sua formação, colocando as forças políticas participantes sob a direção da estratégia proletária. De um lado, lutou contra as posições

foquistas que procuravam substituir a luta das massas pelo aventureirismo petardista (ações armadas isoladas dos explorados) e, de outro, contra os colaboracionistas favoráveis ao apoio ao governo nacionalista de Torres. O POR trabalhou para amadurecer as condições políticas para o proletariado levantar-se pela tomada do poder, alcançando a aliança com o campesinato. A preparação do golpe fascista de Banzer colocou a necessidade do levante armado dos explorados. O governo nacionalista mostrou-se incapaz de resistir ao avanço do golpe fascista, negando-se a distribuir armas às massas. A experiência mostrou que o governo nacionalista não poderia atender a exigência da Assembléia Popular de entrega de ar-

mas às massas. Ou o proletariado e os camponeses, através da luta de massa, cindiriam o exército e abririam os seus arsenais para se levantar contra o fascismo ou então este triunfaria com a conivência do governo Torres. Trata-se de uma importante experiência. A frente única antiimperialista agudiza a luta de classes e coloca, em algum momento, a necessidade do insurreição armada. O partido tem de atuar como uma clara política militar, como expressão da luta de massa e do programa da revolução social.

A escola de quadros concluiu com a tarefa de reconstrução da IV Internacional. Essa tarefa implica num gigantesco esforço para pôr em pé o Partido Mundial da revo-

lução socialista. O avanço da revolução boliviana ocupa um papel estratégico para essa tarefa, já que nesse país as condições políticas estão mais avançadas para o proletariado chegar ao poder. O fortalecimento do POR junto às massas favorece e favorecerá a reconstrução da IV Internacional. A superação de nossas debilidades programáticas e organizativas para pôr em pé as seções argentina, chilena e brasileira potenciará o Comitê de Enlace. A crítica e a autocrítica são uma prática necessária para cumprir essa tarefa. A assimilação das experiências internacionais do proletariado, das quais fazem parte o processo revolucionário na Bolívia, é uma condição para construir as seções da IV Internacional.

## Formação Política

# O Estado e Revolução (3)

### Estado como força armada contra a organização espontânea da população em armas

Recorrendo novamente ao livro de Engels "A Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado", Lênin extrai mais um trecho da obra:

"Face à velha organização gentílica (de tribos ou de clãs) prossegue Engels -, o Estado caracteriza em primeiro lugar pela divisão dos cidadãos segundo a região.

...A segunda característica é a instituição de um poder público, o qual já não coincide diretamente com a população que a si própria se organiza como força armada. Este poder público especial é necessário porque desde a divisão em classes se tornou impossível uma organização armada espontânea da população...Este poder público existe em cada Estado; não consiste meramente de homens armados, mas também de apêndices materiais, prisões e instituições de coação de toda ordem, das quais a sociedade gentílica (de clãs) nada conheceu..."

Na época, a social democracia alemã e internacional, para justificar o posicionamento favorável às burguesias imperialistas na 1ª Guerra Mundial, necessitava negar o caráter de classe do aparato repressivo da burguesia e o interesse imperialista da guerra, ou seja, a disputa pela exploração capitalista das

colônias e das semicolônias. Assim, difundiam a idéia de que as forças armadas e a polícia distinguiam-se das organizações armadas das sociedades anteriores à sociedade de classes (primitivas) pela sua maior complexidade, pelo nível mais elevado de sua técnica etc. Quanto à origem da organização militar, respondiam com abstrações referentes à complexidade da vida social, à diferenciação das funções etc.

O princípio fundamental do marxismo, resgatado por Lênin, parte da constatação da "divisão da sociedade em classes inconciliavelmente hostis". Dele depreende-se que o armamento espontâneo das classes oprimidas conduziria à luta armada e, em sentido inverso, o fortalecimento de destacamentos especiais armados (exército, polícia, segurança pública etc) é uma necessidade da burguesia para manter a sua dominação de classe. Na realidade, a formação de um destacamento especial de homens armados pelas classes dominantes se deu através de uma luta com a organização militar anterior baseada no armamento da população da época do comunismo primitivo. Esta contradição originária da sociedade de classes existia e existirá sempre em que houver classes hostis, ou como disse Lênin:

"No raciocínio citado, Engels coloca em teoria exatamente a mesma questão que qualquer grande revolução coloca na prática, de modo patente e, além dis-

so, à escala da ação de massas, isto é, a questão da interrelação entre os destacamentos especiais de homens armados e a organização armada espontânea da população".

### Nosso comentário

Os fatos vigentes demonstram a completa atualidade das noções acima expostas. Qualquer um pode observar com que empenho a burguesia e seus aliados reformistas (PT e PCdoB) desenvolvem as campanhas pelo desarmamento da população. Afirma-se nestas campanhas que a violência (produto da miséria capitalista) é produzida pelo armamento da população. Em contrapartida, reforça-se cada vez mais a polícia e as forças armadas.

Os massacres de sem-terra, como os de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, a repressão policial ao movimento sindical, a perseguição e o assassinato de lideranças operárias e camponesas, em suma, o massacre cotidiano contra os movimentos é a expressão da utilização dos destacamentos especiais de homens armados da burguesia na proteção da propriedade privada. É o Estado que comparece como força armada dos latifundiários e capitalistas.

O POR defende o armamento das massas. Ele se dará a partir dos movimentos, da autodefesa organizada pelos camponeses, da organização das milícias operárias e camponesas.

## Judiciário-SP

# Desenvolver a campanha salarial, preparar a greve para acabar com os abusos do governo

O governo FHC/Covas tem sustentado o plano neoliberal às custas da crescente miséria dos trabalhadores. Nesse sentido, tem atacado sistematicamente os funcionários públicos. A última investida foi aprovada recentemente pelo Senadvy enquadrando os futuros servidores públicos na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). A partir daí, com a chamada 'flexibilização' das Leis trabalhistas, o golpe nos servidores será duplo, pois o objetivo é eliminar direitos elementares como 13º salário, férias, aviso prévio, licença maternidade, etc.

Não é por acaso que o governo está demitindo servidores a rodo. Em São Paulo, só na área da educação foram demitidos mais de 40 mil professores em 99. No judiciário, os efeitos da aplicação da reforma administrativa se verificam

pelas pilhas e pilhas de processos sobre as mesas dos funcionários, pela contratação a conta-gotas de novos concursados, pelo número de trabalhadores que se aposentam ou pedem exoneração em razão dos baixos salários, pelo acúmulo de problemas a que estão submetidos etc.

Juntando-se a isso, nossa categoria está para completar seis anos sem reajuste salarial, sendo que, só em 99, a inflação superou 20%. O salário não está dando sequer para pagar as contas como água, luz, vestuário, remédios, aluguel etc.

Não dá mais para agüentar tanto abuso. Precisamos desenvolver uma campanha salarial para impor ao governo nossas reivindicações. É preciso também entender que o caminho para alcançar esses objetivos passa pela pre-

paração da greve dos judiciários, visando a unificação com todo o funcionalismo público.

Sabemos que o desenvolvimento e a defesa intransigente de nossas são essenciais para organizar e centralizar nossa mobilização. Para compor nossa pauta, defendemos os seguintes pontos:

- 1 - Reposição integral de todas as perdas e reajuste salarial imediatamente;
- 2 - Abaixo a Reforma Administrativa;
- 3 - Nenhuma demissão;
- 4 - Contratação imediata de funcionários;
- 5 - Melhores condições de trabalho;
- 6 - Pela formação imediata de um comando estadual de luta;
- 7 - Pela Assembléia Estadual;
- 8 - Pela greve geral dos judiciários em conjunto com os demais funcionários públicos;
- 9 - Abaixo o plano de fome e miséria do governo FHC/Covas.

## Vanguarda Proletária e LBI

# Retrato do Oportunismo

O Jornal Vanguarda Proletária, n.12, publica uma "Carta da LBI". Segundo a Carta, a Vanguarda Proletária "não reproduz com fidelidade as discussões processadas entre nossos agrupamentos". Por sua vez, a Vanguarda Proletária "imediatamente ressaltou que os camaradas escrevessem seu entendimento", um reconhecimento de que poderia ter faltado com a fidelidade das discussões.

Chama atenção o fato da LBI e a Vanguarda não redigirem uma ata em comum do resultado de suas discussões, já que estas objetivam unificá-los. A falta de rigor dos pretensos trotskistas não é um acaso. Expressa a relação que tem com as idéias políticas. A Carta da LBI fazendo os devidos esclarecimentos e a resposta da Vanguarda sobre tais esclarecimentos confirmam nossa observação.

Lembremos que no Jornal Massas, n.182, de novembro de 1999, publicamos uma nota intitulada "Quando se quer ludibriar os Princípios", onde indicamos o falseamento de posições da LBI quanto à tática da frente única antiimperialista. E perguntamos à Vanguarda Proletária se desconhecia os textos da LBI que rechaçam as Teses do Oriente. A pergunta tem

sentido porque afinal de contas um aspecto de grande importância como a tática da frente única antiimperialista não pode ser discutida desconhecendo-se as posições públicas, impressas, das duas correntes.

Tudo indica que a Vanguarda Proletária não se deu conta da existência de tais textos da LBI e nem esta se preocupou em entregá-los. O que quer dizer que nossa afirmação "acreditamos que a FT não desconheça os ataques da LBI ao POR boliviano justamente nessa questão e a sua formulação de que as Teses do Oriente não condizem com o marxismo (...)" não proceda (Massas n.182). A falta de seriedade como esses dois grupos discutem posições programáticas nos leva a crer que essa hipótese não é a mais provável.

A LBI em sua Carta rechaça a afirmação da Vanguarda Proletária de que "não tem uma caracterização definida" sobre as Teses do Oriente. A LBI responde a essa questão porque nós a denunciemos. Em sua Carta refere-se à "divergência a ser debatida na Jornada de debates Internacionais pela reconstrução da IV Internacional, conforme sua convocatória assinada pela LBI e o POR argentino".

 **Polêmica**

Como está formulada a questão na referida convocatória? A própria Carta da LBI a reproduz: "É tema de debate para as Jornadas se as Teses do Oriente (aprovasdas pela III Internacional), nas quais se desenvolve em termos comparados a tática de Frente Única (proletária, para os países avançados, antiimperialista, para as colônias), deixam em aberto uma possibilidade concreta para uma interpretação etapista da revolução, e acabam possibilitando a adoção de uma política frentepopulista que subordina o proletariado ao nacionalismo burguês".

Os termos dessa formulação expõem o oportunismo dos pretensos trotskistas. A LBI afirma com todas as letras que as Teses do Oriente são antimarxistas, correspondendo a tática frentepopulista, cujo conteúdo é do etapismo. Na Carta, a LBI explica que a aplicação justa das Teses do Oriente conduz à colaboração de classes. Assim, aplicá-la é trabalhar em favor da contra-revolução. Por que então dizemos que a formulação para debate de que as Teses do Oriente "deixam em aberto uma possibilidade concreta para uma interpretação etapista da revolução" é oportunista?

Porque se trata de uma discussão entre uma corrente que se reivindica ou se reivindica das Teses do Oriente e uma que a considera contra-revolucionária. A questão corretamente colocada é a de que, assumindo o ponto de vista da LBI, a fração Gamboa do POR argentino e a Vanguarda Proletária têm assumido posições antimarxistas e contra-revolucionárias (frentepopulista).

A tática da frente única não é um aspecto isolado do conjunto das idéias políticas das organizações que a defendem, apóia-se em caracterizações e fundamentações gerais sobre o imperialismo e as semicolônias. Basta que se leia corretamente as Teses do Oriente em conexão com o conjunto de formulações dos quatro primeiros Congressos da Internacional Comunista para se verificar que a tática ali exposta corresponde a uma unidade programática. A extração que a LBI faz das Teses do Oriente desse conjunto para caracterizá-la como contra-revolucionária é uma arbitrariedade típica de seita.

Colocar a questão em debate para se saber se as Teses do Oriente possibilitam uma interpretação etapista da revolução é a forma oportunista das seitas discutirem uma aproximação sem princípios. O que deve estar em debate é se as Teses do Oriente são ou não contra-revolucionárias, isso considerando a aproximação dessas correntes. A formulação sobre possível interpretação etapista da revolução é um meio para atar uma relação oportunista. Do lado da fração Gamboa, a questão se coloca em torno de como fazer uma revisão de posições anteriores; do lado da LBI, trata-se de ajudar a fração Gamboa a fazer o percurso oportunista da revisão.

Ambas correntes procuram fechar os olhos para o essencial das posições. Considerar as Teses do Oriente como frente popular impossibilita discutir problema de interpretação das Teses do Oriente. A Vanguarda Proletária ao dizer que afirma as Teses do Oriente está dizendo que a LBI é uma seita antimarxista. E a LBI ao responder a Carta com a convicção de que as Teses do Oriente levam à colaboração de classe está dizendo que a Vanguarda Proletária é contra-revolucionária. Qualquer das partes que faça uma revisão de suas posições terá de ser sobre a base da crítica da outra e considerar autocriticamente que esteve no campo do frentepopulismo (no caso a fração Gamboa/FT) ou do sectarismo antimarxista (no caso da LBI).

## “ O Fora FHC e o Abaixo FHC”

Na Carta, a LBI trata da crítica da Vanguarda Proletária à bandeira do “Fora FHC”. “Outro ponto abordado na reunião diz respeito à bandeira do ‘Fora FHC’. Os companheiros da FT afirmam que a LBI defende o ‘Fora FHC’ como eixo político central para as mobilizações contra o governo, enquanto a FT defende o ‘Abaixo FHC’ porque essa consigna não deixaria margens, como o ‘Fora FHC’, para saídas de tipo eleitorais e parlamentares no marco do regime democrático burguês”.

A LBI acusa a Vanguarda de ter distorcido suas posições. Diz: “a própria FT apóia nas páginas de seu jornal a política propugnada pela LBI, de dotar de um conteúdo revolucionário o ‘Fora FHC’, não precisando para subordinar-se à política da esquerda reformista que defende como saída para o ‘Fora FHC’ as eleições gerais ou o impeachment, mas ao contrário denunciando-a”.

Está claro que a LBI se colocou diante da bandeira ‘Fora FHC’ com o objetivo de dar-lhe um “conteúdo revolucionário”. Isso quer dizer, na prática, que não levantou a bandeira de “Abaixo FHC”, adotando a bandeira dos centristas. O argumento de dotar a bandeira dos centristas e reformistas de conteúdo revolucionário é puro oportunismo.

Segundo a LBI, na reunião com a Vanguarda não expressou o “Fora FHC” como consigna central para intervir na luta de classes”. Trata-se de uma resposta formal, pois o eixo de sua intervenção foi a de dar pretensamente um conteúdo revolucionário à consigna eleitoreira dos centristas e reformistas. Em realidade, a LBI colocou-se por detrás da bandeira dos centristas.

Rebatendo a LBI, a Vanguarda afirma que sua posição foi de intervir no movimento do “Fora FHC” com a bandeira do “Abaixo FHC”, que se distingue da bandeira dos centristas e expressa o conteúdo revolucionário. Denuncia a oscilação da LBI. “Ainda sobre o ‘Fora FHC’ e o ‘Abaixo FHC’ é possível identificar essa oscilação da LBI, embora os camaradas ressaltem que sempre defenderam o ‘Abaixo FHC’”. E demonstra que “Avançar na Luta”, em suas teses para o DCE da Universidade Federal do Piauí estampou a bandeira do “Fora FHC”. O que a Vanguarda Proletária não mostra é de onde vem a tal da oscilação. Não precisa ir muito a fundo para encontrar a sua raiz oportunista. Vemos que o terreno das discussões entre LBI e Vanguarda Proletária é pantanoso e cheira mal.

## Uma ridícula moção

A LBI enviou uma moção ao IX Congresso do POR-Gamboia argentino. É de dar risada. Diz que Lora (POR boliviano) começou a sentir “o peso ideológico da aliança estabelecida entre a LBI e o POR”(Gamboa). Que estamos fazendo “uma violenta campanha de difamação, ataques de baixo nível político para intentar abortar o nascimento de uma vigorosa tendência revolucionária internacional”. Diplomáticamente, bajula o POR-Gamboia com o palavreado de “profícua relação de colaboração política” (...) e “profundo acercamento programático”.

Qualquer observador que tiver a paciência de ler as posições sobre a frente única antiimperialista, ou seja, sobre as Teses do Oriente, verá o desprezo como essas seitas tratam a discussão programática. Nenhuma seção do Comitê de Enlace se preocupou em atacar a LBI, um agrupamento sem importância. Ao contrário, foi esse grupo que espalhou a quatro ventos a farsa de nacionalismo do POR boliviano, sem falar das difamações sobre o POR brasileiro. Lora, com razão, desconhece esse vai e vem dos grupelhos, que como ele diz “pululam” no exterior. O cheiro da LBI está circunscrito apenas entre nós.

Aqui temos denunciado o oportunismo da aproximação da LBI com o POR-Gamboia para desmascarar as mentiras da LBI. O texto acima sobre a relação desta com a Vanguarda Proletária comprova isso. A LBI fala muito em delimitação programática em honestidade nas idéias e em posições principistas. Entretanto, sua pequena trajetória é de oportunismo deslavado. Resultou de uma cisão com Causa Operária sem fazer uma crítica estratégica ao governo dos trabalhadores, consigna que carregou para si. Nós assinalamos que a LBI deveria fazer uma autocrítica por ter convivido com a estratégia de uma bandeira eleitoralista, de tradição morenista. A LBI só foi adotar a consigna de governo operário e camponês quando se aproximou do grupo argentino PBCI. Entretanto, não fez autocrítica do governo dos trabalhadores. A seita bateu bumbo em Buenos Aires dizendo que a aproximação com PBCI argentino era o caminho da construção de uma corrente internacionalista. Em pouco tempo, rompeu com PBCI acusando-o de contra-revolucionário. Agora, procura se aproximar pelos cantos do POR-Gamboia .

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas no massas n.º 60.

## Como Funciona a Célula Célula de Militantes II

No dia a dia vemos que muitas células não analisam os problemas do Partido, não lêem nem criticam sua imprensa, não estudam nem elaboram os boletins internos, não submetem à crítica o trabalho das diversas instâncias dirigentes, nem autocriticam seu trabalho diário, se limitam a acatar as instruções que lhes chegam. Este estado de coisas é lamentável e demonstram que as células estão somente formalmente ligadas ao Partido, mas que nos fatos permanecem à margem deste. Em tais condições, os militantes não têm possibilidade alguma de fixar a linha partidária e tampouco de influenciar na sua existência. Se não se corrige a tempo estas deficiências, a célula pode terminar desenvolvendo um atividade também à margem da organização e sem nenhuma coordenação com o resto das células, ou seja do Partido.

As tendências foquistas confundem a célula com um grupo especializados de ativistas, considerados como cérebro e nervo da organização, que deve gozar de autonomia e converter-se em direção suprema por suas qualidades intrínsecas. Os que pensam desta forma acabam criando um grupo fechado e alheio à direção partidária, que necessariamente desenvolverá uma atividade independente anárquica e isolada e que em muitas vezes se torna antipartidária. A célula está submetida, necessariamente, à direção do partido, que deve controlar sua atividade e vida diária e estar informada de seus projetos e realizações e também do que fazem os militantes. A clandestinidade não justifica que uma

célula escape a este controle.

O correto é que a célula discuta e proponha soluções aos problemas do Partido, que projete seu trabalho diário com o resto do organismo (o restante das células). Só neste marco se poderá dizer que a militância tem a possibilidade de retificar os erros organizativos e políticos do Partido e de contribuir positivamente para a sua constante superação. Ao mesmo tempo assegura que a militância fixe realmente a linha política, que o marco celular se converta no âmbito dentro do qual as bases partidárias atuem diretamente sobre a organização. Não se deve esquecer que as células formam parte da engrenagem de uma descomunal máquina. Não é permitido para a célula marchar por sua própria conta e risco, mas em equipe, buscando o objetivo assinalado pelo Partido.

Muitas células não coordenam, dirigem ou controlam o trabalho dos militantes, o que é freqüente quando estas estão constituídas por militantes de vários locais de trabalho. Desta forma o trabalho segue sendo individual e não se supera coletivamente, que é o objetivo da atividade celular. Não se pode permitir que o trabalho político fique abandonado à boa vontade e a forças individuais de alguns camaradas entusiastas; temos que assegurar em grande medida seu êxito graças ao trabalho coordenado de todos os membros da organização.

Estas células defeituosas, em lugar de planificar o trabalho diário se limitam a entregar aos militantes uma acumulação de generalidades teóricas, ao extremo de que os militantes revolucionários que bem po-

deriam atuar no seio das massas se convertem em vulgares teorizantes, se conformam em encarregar voluntários a realizar as tarefas segundo o entender e o conhecimento destes. Temos que acabar com este individualismo, que está denunciando falta de trabalho celular, negligência e irresponsabilidade.

Tudo o que um camarada faz interessa vivamente à célula (quer dizer, ao Partido), por isto seu trabalho deve ser controlado e integrado como parte de uma equipe, depois de uma ampla discussão (nisto consiste a preparação), a fim de que seja otimizado. Quando impera o trabalho individual a célula não dá tarefas aos militantes muito menos se vigia o cumprimento destas, pois cada um programa suas próprias atividades e os resultados não são comunicados a ninguém, isto como conseqüência do trabalho anárquico.

O centralismo democrático significa a unidade na ação exterior como conseqüência de uma ampla e minuciosa discussão interna, discussão da qual deve sempre tomar parte para uma boa preparação das tarefas partidárias. É a célula viva e militante a que permite a efetivação do centralismo democrático; se não funciona devidamente o organismo de base, a norma organizativa central se transforma num enunciado vazio.

A discussão dentro da célula deve ser não só sobre os problemas políticos, mas também sobre a melhor forma de efetivar no exterior as resoluções partidárias. Este trabalho não só liga a célula com o resto do Partido, mas permite enriquecer a organização e elevá-la a um nível superior.

## Aniversário da morte de Lenin

Em janeiro de 1924 morre Lenin. Dedicou a vida inteira à revolução proletária na Rússia. Suas idéias assentaram-se rigorosamente sobre o socialismo científico de Marx e Engels. A orientação internacionalista para a revolução russa - sem nunca ter perdido de vista que o objetivo da revolução em qualquer país tem por horizonte a destruição geral do capitalismo e sua substituição pelo comunismo - comprova a fidelidade de seu conhecimento marxista. Mostrou extrair as experiências teóricas e práticas da militância de Marx e Engels frente ao processo histórico. Aplicou-as com energia nas condições particulares da

Rússia. Eis por que foi responsável pela elaboração do programa e da tática para conduzir o proletariado ao poder.

Lenin compreendeu a correspondência entre os princípios, objetivo estratégico e a tática do programa com a organização partidária. É claro que isso ocorreu nos seus 25 anos de militância. Ainda jovem, travou a luta por unificar os inúmeros círculos de ativistas social-democratas em um partido centralizado. Observou que a fragmentação e o isolamento desses núcleos revolucionários não permitiam que o trabalho político desse ao proletariado a coesão necessária para dirigir-se contra o poder czarista e ocupar-se do Estado.

Enfrentou uma brutal resistência da ala antimarxista, identificada com o espontaneísmo do movimento das massas e com o economicismo, sem dizer do populismo que se apoiava no método do terror individual. Essas correntes não admitiam que a Social Democracia Russa superasse o primitivismo dos círculos e o trabalho político artesanal. Na luta contra a visão de Lenin de um partido organizativamente coeso, centralizado e estruturado em torno de um Jornal de toda a Rússia, no fundo estava uma irreconciliável divergência programática. Não admitiam que o partido reunisse seletivamente os melhores quadros

portadores da teoria socialista. E que estes seriam a condição para o proletariado superar o movimento espontâneo e transformá-lo em luta revolucionária pelo poder.

Lenin foi obrigado a responder aos ataques de tais adversários que o acusavam de doutrinarismo e dogmatismo e de tentar controlar o partido por uma rígida centralização. Na realidade, como dissemos, tratava-se de divergência programática. Para Lenin era necessário que a vanguarda originada na luta de classes elevasse sua compreensão socialista de forma a poder dirigir o movimento espontâneo das massas e transformá-lo em força revolucionária consciente.

A experiência de 1894 a 1901 vinha mostrando que os círculos nasciam e morriam por despreparo teórico, pelo empirismo e pelas fraquezas organizativas. Um dos fatores era o desfalque que a polícia política czarista provocava nos agrupamentos. O que causava grande desconfiança entre os operários na capacidade dos revolucionários. Como militante marxista, Lenin foi observando as debilidades organizativas da Social Democracia, chegando a conclusões sobre a necessidade de pôr em pé um partido que se constituísse em estado maior do proletariado.

O momento mais crucial desse processo se deu no início do século XX, mais precisamente entre 1901 e 1902, data em que foi publicada a obra "Que Fazer". A polêmica ali contida mostra que Lenin estava enfrentando tendências revisionistas do marxismo, por isso os problemas organizativos expressavam concepções programáticas e métodos distintos. Uma das alas do revisionismo, chamada por Lenin de "marxistas legais", defendia a conciliação de classe. Filiava-se às idéias do social democrata alemão antimarxista Bernstein. Os bersteinianos russos copiavam "a teoria da atenuação das contradições sociais, proclamando que é absurda a idéia da revolução social e da ditadura do proletariado, reduzindo o movimento operário e a luta de classes a um sindicalismo estreito e à luta 'realista' por pequenas e graduais reformas". Essa política levava o movimento revolucionário a se subordinar à política liberal burguesa.

O rebaixamento teórico e o confusionismo favoreciam as tendências antimarxistas. O confusionismo estava no fato de deformarem as idéias de Marx e Engels, confundindo-as com o economicismo e liberalismo burgueses. Praticava-se o ecletismo à solta. A prática economicista dos adversários do partido centralizado tinha como contrapartida o oportunismo teórico de que a consciência socialista viria do movimento espontâneo do proletariado. Visão essa que anulava o partido como vanguarda portadora da experiência internacional do proletariado.

Lenin equaciona assim a polêmica:

"Sem teoria revolucionária não pode haver tampouco movimento revolucionário. Nunca se insistirá o bastante sobre essa idéia em um momento em que a prédica em voga do oportunismo vem unida a uma paixão pelas formas mais estreitas da atividade prática". E conclui: "No momento, não queremos mais do que indicar que só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combater de vanguarda". A unidade entre a luta teórica, política e econômico-prática caracteriza a atuação de um verdadeiro partido. Portanto, ao contrário de rebaixar o valor da teoria, nas condições de um movimento socialista ainda jovem como da Rússia, o caminho deve ser o inverso. A derrota teórica e ideológica da burguesia frente ao proletariado é uma tarefa de primeira grandeza, sem a qual não é possível destruir o sistema de opressão de classe.

Um partido guiado pela teoria revolucionária é constituído de revolucionários profissionais. Esse militante surge no movimento espontâneo das massas e se destaca por compreender a necessidade do partido e do programa. A solidez do partido para organizar o proletariado e dirigí-lo para tomada do poder depende da formação dos revolucionários profissionais, "preparados e instruídos por uma larga prática, que estejam bem compenetrados". Atuando no interior do movimento podem assimilar as experiências da luta de classes e transformá-las em consciência. Dominando a teoria, o programa e os meios organizativos, que implicam inclusive na atividade clandestina, a rede de revolucionários profissionais pode ajudar as massas a transformarem a luta instintiva (econômica e inconsciente) em movimento socialista. Dessa forma o trabalho prático não se limita ao espontaneísmo do movimento e não se perde na teoria oportunista do economicismo. Como se vê, há um vínculo indissolúvel entre a capacidade organizativa do revolucionário profissional com a capacidade teórica. Um militante dessa estirpe faz da luta revolucionária uma atividade diária.

Os adversários dessa concepção de partido argumentavam que os operários não tinham condição de se elevar teoricamente e de dedicarem-se tão integralmente à atividade política porque estavam limitados por uma jornada de trabalho impeditiva. E que então o partido apregoado por Lenin seria de intelectuais. Lenin começa por rebater o preconceito de que existem categorias diferenciadas dentro do partido, como operários, estudantes, intelectuais. Mostra que todos devem se constituir em revolucionários profissionais. Explica que o atraso da formação desse tipo de militante era generalizado na Social Democracia, não di-

zendo apenas a respeito dos operários. Tratava-se de superar esse problema de conjunto. Mas não deixa de reconhecer que a situação esmagadora no trabalho impede a formação integral como revolucionário. Certamente, o conflito com os espontaneístas e legalistas não se dava quanto a tais limitações, mas sim em torno da concepção do militante dedicado integralmente à revolução, o que implicaria na formação consciente, marxista. Esse era o ponto de partida da questão: todo e qualquer militante revolucionário tem de ter sua vida à disposição do partido. Quanto às limitações do operário, diz: "Todo agitador operário que tenha algum talento, que 'prometa', não deve trabalhar 11 horas na fábrica. Devemos arrumar de forma que viva por conta do Partido, que possa passar à ação clandestina no momento preciso, que mude de localidade em que atua, pois de outro modo não adquirirá grande experiência, não ampliará seu horizonte, não poderá sustentar sequer os quantos anos na luta contra a polícia".

Observamos que a solução apresentada quanto ao operário não tem a ver com a idéia de que o revolucionário profissional é aquele mantido pelo partido. Tanto é que Lenin formula toda sua visão do revolucionário profissional vinculada à elevação teórica, à capacitação deste para realizar o trabalho clandestino no seio do proletariado, destacar-se como um sólido organizador e ter profundas convicções programáticas. Os adversários do leninismo introduziram muitas confusões em sua visão tão clara, como a de que revolucionário profissional é aquele pago para militar.

Há ainda outras confusões, como o caráter de vanguarda do partido. Nesse último caso, a concepção leninista é de que o partido é forjado pelos melhores lutadores que alcançam compreender o programa, tornam capazes de manejar a teoria e se comportam como revolucionários profissionais. Eis uma das formulações essenciais: "O único princípio de organização sério a que devem se ater os dirigentes de nosso movimento tem de ser o seguinte: a mais severa discricção conspirativa, a mais vigorosa seleção dos filiados e a preparação de revolucionários profissionais".

O triunfo dessa concepção sobre o espontaneísmo oportunista permitiu a constituição do Partido Bolchevique. Lenin, rodeado de um conjunto de militantes que compreenderam suas teses, puseram em pé o Estado Maior da revolução russa.

A assimilação da teoria leninista do partido é uma condição para edificarmos, na atualidade, o Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, da IV Internacional. Os fundamentos partidários elaborados por Lenin, no início do século, continuam sólidos.



# Guia para o Trabalho Trotskista Internacional

## O eleitoralismo, pedra de toque

Ainda não se deu resposta à crise mundial das correntes que, em seu momento, reclamaram-se da IV Internacional, isto depois da quebra do estalinismo, o que veio corroborar com as análises de Trotsky.

A onda eleitoralista, ao arrastar aos supostos revolucionários, desnudou aqueles que vêm usando cinicamente a máscara de "trotskistas". Temos visto muitos grupos arrastados ao lodo da farsa eleitoral, demonstrando que não entenderam a conclusão leninista no sentido de que a "democracia" burguesa mais evoluída não é outra coisa que a ditadura da classe dominante.

Pode algum militante da causa operária participar ou não nos processos eleitorais – isto segundo o grau de desenvolvimento da consciência classista –, mas em todos os casos deve contribuir para a efetivação da finalidade estratégica do partido trotskista; se se li-

mita a levar à prática a tática eleitoralista, subordinando a ela toda a sua atividade, quer dizer que deixou de ser revolucionário para se transformar em reformista e colaboracionista. É precisamente isto que constatamos quando os supostos "revolucionários" são arrastados ao fundo da farsa eleitoral. Tudo demonstra que esqueceram da estratégia partidária – se é que existe – e que sua tática eleitoralista se encaminha a fortalecer a democracia burguesa.

A que se deve esta monstruosidade?

### Está assinalada a estratégia?

Algumas pessoas parecem acreditar que a finalidade estratégica do Partido não é mais do que slogans que se copiam da propaganda internacional.

Temos de partir do convencimento de que o Partido é a organização política da vanguarda da classe operária, expressão dos objetivos históricos desta.

A força de trabalho é a portadora das leis da história (por ser parte essencial

das forças produtivas e ter instinto comunista). Devemos assinalar que o partido revolucionário é o programa, pois o conteúdo deste é a finalidade estratégica do proletariado. Lenin disse que a política é economia concentrada, vale dizer a resposta à contradição fundamental que se dá na base econômica da sociedade.

Os países (avançados ou atrasados) são parte da economia mundial, cujas leis atuam como particularidades nacionais (uma de suas expressões é a estratégia).

O partido trotskista chega a ser tal se conhece o país onde atua, suas leis e as expressam como política. Um exemplo: não é suficiente dizer que as forças produtivas se chocam com as relações de produção, estas são particulares e o próprio proletariado atua de forma particular em cada país. Se este conhecimento estiver ausente, não existe estratégia e tudo se reduz a servir a burguesia

(extraído do Masas boliviano n.º 1696 de 07/01/00)

## Bolívia:

# Aprofunda-se a Debilidade do Narco-Gorilismo

## Povo Faminto e Setores da Própria Burguesia Golpeiam o Mal Governo

Não há mais nada a fazer que abrir os olhos para se convencer que a debilidade do governo da megacorrupção é extrema, consequência de que sua política vende-pátria e esfomeadora (imposta pelas multinacionais e o imperialismo, contra os interesses dos assalariados e inclusive da própria burguesia intermediária) empurra contra si tanto as massas populares como importantes setores da própria burguesia. Tudo isto nos faz supor que a capacidade de manobra do governo-gorila vai caindo até o nível zero.

Os que se posam de "estadistas" crioulos não tem mais tábua de salvação do que abraçar as disposições difundidas de Washington, que pela sua própria natureza são prejudiciais para amplos setores burgueses e o grosso da população.

Enquanto escrevemos estas linhas, o Poder Executivo está preocupado em entregar às multinacionais os últimos filões da COMIBOL (Companhia Mineradora Boliviana) e seguramente não parará em seu empenho de seguir descobrindo algo mais que entregar a preço de galinha morta aos inimigos do país. O gorilismo está pagando muito caro pelas consequências de sua própria obra. Ninguém duvida que a política privatizadora e de livre comércio se traduz em maior desemprego, na queda dos salários, na perda de conquistas sociais, enfim em maior miséria. O liberalismo econômico ao extremo prejudica a produção nacional, destrói as fábricas e empresas bolivianas, isto tudo para entregar o controle do mercado nacional para as multinacionais.

Tais são as causas da prostração da economia nacional e da extrema miséria e também deste fenômeno estranho que

apresenta burgueses e proletários como de mãos dadas no empenho comum de dobrar o mau governo, ainda que para fins totalmente opostos: os empresários para fortalecer o capitalismo e os operários para sepultá-lo.

### Policiais e Militares se levantam Contra o Suposto Governo "Nacionalista"

O governo burguês se assenta nas instituições coercitivas, na polícia e nas forças armadas.

Um exemplo clarificador: militares e carabineiros pedem melhoramento dos orçamentos para suas instituições, de forma que possa melhorar o salário do pessoal e as tropas destinadas a fortalecer as instituições que resguardam a estabilidade governamental. Agora assistimos a uma rebelião dos encarregados de preservar a intangibilidade da

### Constituição e da paz social

Os próprios governos, buscando manterem-se no poder, arrumaram formas de tirar vantagem com as velhas contradições entre a polícia e o exército. Agora parece que o banzerismo reanima este choque. Circula um panfleto anti-exército subscrito pelo "Comando 24 de Julho" dos carabineiros, no qual culpa as FFAA de todas as desgraças do país e pedem sua supressão.

Banzer busca uma polícia totalmente domesticada e para esta finalidade caminha sua reorganização, que como dizem já fracassou. A rebelião policial ganhou a

luz pública. O Ex-comandante Medina pediu por escrito a renúncia do ministro Guiteras, pedido apontado por outros elementos de alta graduação. Tudo isto permite afirmar que a estabilidade governamental se tornou precária.

Desde há tempos que a oposição da esquerda militar desestabiliza o governo e o debilita. Há um acontecimento escandaloso que se mantém oculto. Um número de "Vivo Rojo" (órgão da fração revolucionária do exército) foi dedicado à última reunião continental dos exércitos, sob a direção e tutela do Pentágono norte-americano. Para compreender em

que medida estão enterrados os alicerces governamentais temos de recordar que "Vivo" chegou misteriosamente às mãos de todos assistentes da reunião. Seguramente que não poucos disseram que o país altiplânico já não tem mais Forças Armadas.

Esta situação impõem que os revolucionários devem ganhar politicamente o melhor das FFAA e da própria Polícia.

### **Preparar-se para lançar-se contra o fascismo que está a ponto de cair**

(extraído do Masas boliviano n.º 1696 de 07/01/00)

## **Bolívia:**

# **A grande lição revolucionária que deixa Cochabamba**

As vastas camadas de camponeses, de marginalizados da cidade, de artesãos, aposentados, estudantes etc., ocupam seus postos de luta e propõem respostas políticas radicais, identificadas com as consignas lançadas pelo Partido Operário Revolucionário, pelo trotskismo.

Está assinalado o caminho que seguirá a nação oprimida para conquistar o poder e instaurar a ditadura do proletariado.

Era um velho costume que os Comitês Cívicos, dirigidos por elementos da

classe dominante, por semi-oficialistas, levassem as mobilizações até certo ponto para logo depois trair o povo. Estes Comitês são especialistas nos discursos intermináveis, tudo para terminar fortalecendo o governo vende-pátria e esfomeador.

Agora, nem bem os explorados se somaram à luta os de baixo, se apresentou a necessidade impreterível de que o povo se organize, designe seus próprios dirigentes e assinale suas próprias metas.

Legalismos, resolucionismos, pleitos

intermináveis? Não. Cochabamba ensina que para dobrar o braço do Narcogorilismo deve se seguir o caminho da ação direta.

Um Cabildo Aberto (uma grande Assembléia Popular) assinalou os objetivos que devem ser impostos, usando a violência das massas, quer dizer a violência revolucionária.

Como não podia ser de outra forma, os professores, os trotskistas, como Miguel Lora, chegaram à direção.

(extraído do Masas boliviano n.º 1697 de 14/01/00)

## **Áustria**

# **Só o proletariado austríaco e europeu poderá barrar o ascenso fascista na Áustria**

Os países da União Européia declararam-se contrários à coligação da Social Democracia austríaca com a direita nazista representada pelo Partido da Liberdade (PLA). Ameaçaram isolar a Áustria da Comunidade Européia. O mesmo prometeram os Estados Unidos. Trata-se de uma hipocrisia da fração burguesa social democrata.

O nazi-fascismo é um produto genuíno do capitalismo da época imperialista. Época de decomposição. As declarações do direitista Joerg Haider favoráveis aos métodos de Hitler é apenas um sintoma inicial da crise. Cedo ou tarde o nazi-fascismo ganhará força mais geral, se

o proletariado não se organizar revolucionariamente contra a Social Democracia. A política social democrata tem correspondido a exigência dos monopólios de atacar a vida das massas. Por outro lado, cresce o desemprego e não há possibilidade de solução. O enfrentamento do proletariado com a Social Democracia está no horizonte. A fração fascista vem trabalhando para se fortalecer no quadro dessa perspectiva.

É sintomático a informação de que influentes empresários austríacos alimentam a coalizão PLA/PPA. Apregoam a necessidade de se atacar as condições de vida dos assalariados, a co-

meçar pelo aumento da idade mínima para aposentadoria. A burguesia austríaca prevê grandes dificuldades para seus capitais. A social democracia tem servido a seus interesses, mas agora mostra-se débil frente à marcha da crise capitalista e da necessidade de descarregar-la sobre o proletariado e a classe média.

Os trabalhadores devem ficar alertas contra a propaganda da social democracia imperialista, que utilizará o argumento do perigo do nazismo para exigir sacrifícios dos oprimidos e um grau de colaboração ainda dos sindicatos burocratizados.

Equador

# Sem o partido revolucionário não é possível a vitória dos oprimidos

O levante popular contra o governo de Jamil Mahuad concluiu com a deposição do presidente e sua substituição pelo vice Gustavo Noboa. O objetivo anunciado pelo Parlamento do Povo e pela Federação indígena era de constituir um governo composto pelo Parlamento do Povo, sindicatos, Igreja e Forças Armadas. Assim que a manifestação popular ocupou o Parlamento, elegeu-se um governo formado pelo general Carlos Mendoza, Ministro Interino da Defesa e chefe do comando militar, pelo caudilho indígena Antonio Vargas e pelo ex-membro da Suprema Corte Carlos Solorzano.

Essa composição mostra bem que a ocupação do Parlamento não ocorreu pelas forças independentes das massas, mas com o apoio de uma fração do exército, tendo à frente o Ministro da Defesa do governo Jamil Mahuad. O triunvirato durou pouco tempo e não chegou a ser um real governo. O general Carlos Mendoza, numa hábil manobra, renunciou ao triunvirato e passou a apoiar a solução do imperialismo, exigida claramente, que era de transferência do poder para o vice.

A burguesia equatoriana e o governo norte-americano pretendiam, com anterioridade, que Jamil Mahuad renunciasse em favor de Gustavo Noboa. Como isso não ocorreu, os militares se aproveitaram do descontentamento dos indígenas, da classe operária, tendo à frente os petroleiros e estudantes para realizar a operação de transferência. O caudilho Antonio Vargas já havia concluído acordos com um setor militar nacionalista, descontente com os rumos da política econômica do governo.

O objetivo da revolta era de modificar apenas o conteúdo dessa política. Antonio Vargas demonstrou que o movimento não pretendia tocar na propriedade privada dos meios de produção. Isto é, não se tratava de uma revolução. O pressuposto de um governo popular, como se vê, se assenta nas premissas de

defesa do capitalismo. Tratando-se apenas de dotar o Estado de uma política distinta daquela praticada por Jamil Mahuad, de conteúdo pró-imperialista.

A esperança nacionalista dos caudilhos contava com as Forças Armadas. Não era parte da política do Parlamento do Povo o armamento independente dos camponeses indígenas e do proletariado. A fácil ocupação do Parlamento e a formação do triunvirato serviu de piada para a imprensa burguesa, que caracterizou o acontecimento como uma "cantinflada" (refere-se ao comediante mexicano Cantinflas), palhaçada. Mesmo assim o imperialismo receou que as massas pudessem ultrapassar a levianidade dos dirigentes do Parlamento do Povo e exigiu que a ordem constitucional fosse assegurada contra o possível golpe da ala militar que se utilizava do movimento popular.

O general Carlos Mendoza rapidamente mostrou-se uma raposa do imperialismo. Desmoralizou o triunvirato, renunciando-lhe. A liderança, tendo à frente Antonio Vargas, determinou a desocupação do Parlamento e a volta dos camponeses indígenas para as províncias. O proletariado em nenhum momento compareceu como força diretriz do levante. O movimento essencialmente camponês indígena mostrou-se sem força para impor um real poder. A força residia nos militares, em quem as lideranças do Parlamento do Povo convocou os camponeses a confiar.

Terminada a comédia da união do movimento camponês com os militares, comédia sem dúvida orquestrada pelos caudilhos contra os interesses revolucionários dos camponeses indígenas e do proletariado, Antônio Vargas taxou de traição a conduta do general Carlos Mendoza. A traição ocorrida se deu pela política de convivência do Parlamento do Povo com a oficialidade, incluindo homens do próprio governo.

A política militar do proletariado

pressupõe trazer para a revolução parte das tropas e possivelmente uma parcela de oficiais, porém estes devem estar subordinados à direção revolucionária. O fundamental está em que a ruptura no exército favorece o armamento das massas e só o armamento delas pode levar ao triunfo da revolução. Para que isso ocorra é decisiva a presença do partido marxista-leninista-trotskista. Ou seja, a presença do programa da revolução e ditadura do proletariado no seio dos explorados, através da vanguarda organizada no partido.

A ocupação indígena camponesa da capital equatoriana e a disposição de luta do setor mais organizado da classe operária (petroleiros) foi uma medida revolucionária. Entretanto, esta não esteve guiada pelo programa proletário. O objetivo burguês nacionalista tornou-a inconsequente. A luta das massas camponesas, enfrenta o problema das terras e com ela o de constituir nacionalidades. A esmagadora maioria equatoriana é indígena. O fim da miséria dessa maioria depende da expropriação das terras, entrega delas aos camponeses e direito a autodeterminação das nacionalidades. É necessário a revolução agrária. Essa tarefa democrática não pode ser cumprida em nenhum governo burguês. As transformações necessárias se chocam com a débil burguesia interna e se contrapõem ao domínio imperialista sob o Equador. A revolução agrária e o direito de autodeterminação implicam em um movimento da maioria explorada, sob a direção da classe operária, contra o imperialismo e a oligarquia equatoriana. O movimento camponês não tem como estabelecer esse programa e organizar a luta independente.

A classe operária terá de tirar as lições dos acontecimentos para poder organizar o Partido revolucionário, que tenha por estratégia a conquista do poder, estabelecimento do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

## Chechênia

# Fora qualquer influencia do imperialismo na guerra Rússia-Chechênia

Para impedir o direito de separação da nacionalidade chechênia, o governo russo terá de ir fundo na ofensiva bélica. Os últimos combates em torno da capital Grozny mostram o empenho da Rússia em esmagar o direito da autodeterminação.

O fim da União Soviética, resultante de seu desmembramento, mostrou a existência da opressão nacional, que foi recrudescendo sob a ditadura estalinista. O bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas socialistas e o crescimento das relações capitalistas de produção, sob tremenda pressão do capitalismo mundial, fariam explodir o problema das nacionalidades num quadro de restauração capitalista. Desgraçadamente, de um lado, a burocracia russa pró-imperialista esmaga pelas armas o direito de separação e autodeterminação dos povos, do outro, os separatistas travam a luta em função de interesses nacionalistas e pró-capitalistas.

A classe operária mundial defende o direito de autodeterminação da Chechênia. Afirma que o fim da União Soviética, o separatismo sob a direção de frações pró-capitalistas conduzirão a Rússia e as nacionalidades à submissão diante do capital imperialista. Somente o fim do processo restauracionista, a recuperação da propriedade coletiva dos meios de produção, o restabelecimento do Estado proletário e a democracia correspondente poderão assegurar a unidade harmônica entre os povos que compunham a União Soviética revolucionária (da época de Lenin), inclusive o direito de autodeterminação àquelas nacionalidades que julgarem inconveniente compor a unidade socialista dos povos. É claro que trata-se de uma unidade que permite desenvolvimento das forças produtivas em contraposição ao domínio imperialista e que erradique o atraso e a miséria das massas.

A guerra da Rússia contra a Chechênia objetiva manter sob seu controle uma região rica em petróleo e por onde passam os oleodutos. Em toda guerra, estão em primeiro plano os interesses econômicos. O que quer dizer que por detrás do choque Rússia e Chechênia estão as forças capitalistas. Uma paz verdadeira e sem opressão nacional só é possível sob a direção do proletariado, que infelizmente não pode tomar o problema em suas mãos porque teve o seu partido bolchevique destruído pelo estalinismo.

A imprensa burguesa tem insistido que o esforço de guerra da Rússia ocorre em função das disputas eleitorais. Na realidade, as frações da burocracia pró-capitalista utilizam cada uma a sua maneira da guerra. Procu-

ra-se obscurecer que na base do conflito estão as forças burguesas internas e o imperialismo, que certamente têm interesse no maior desmembramento possível da ex-URSS.

O governo norte-americano advertiu a Rússia para que não leve o choque a uma matança de grandes proporções. O sentido da advertência não diz respeito à quantidade de mortos, pois o imperialismo é sanguinário, mas sim ao interesse das potências no maior enfraquecimento possível da Rússia, de forma que a restauração conclua em uma submissão sem precedente do país que pela primeira vez na história teve a revolução proletária triunfante.

Aqueles que reclamam que a ONU não tem agido contra a matança, como fez a favor do Timor, exigem na verdade a intervenção imperialista em favor da Chechênia. A presença do Secretário Geral, Kofi Annan, em fins de janeiro, no Kremlin, teve por objetivo transmitir as pressões do imperialismo norte-americano para que o governo russo chegue a um acordo. Também nesse caso é preciso rechaçar qualquer intervencionismo das potências, disfarçado ou não por essa cova de bandidos que é a ONU.

A autodeterminação só é possível estando em contraposição a qualquer influência da burguesia imperialista.

### Sobre a autodeterminação do povos

“O direito a autodeterminação nacional é, certamente, um princípio democrático, não um princípio socialista. Mas em nossa época o único que apóia e aplica os princípios genuinamente democráticos é o proletariado revolucionário; por essa razão as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas. A luta resoluta do Partido Bolchevique pelo direito à autodeterminação das nacionalidades oprimidas pela Rússia facilitou ao extremo a conquista do poder pelo proletariado. Foi como se a revolução proletária tivesse absorvido os problemas democráticos, sobretudo o agrário e o nacional, dando à Revolução Russa um caráter combinado. O proletariado já encarava tarefas socialistas, mas não podia elevar imediatamente a este nível o campesinato e as nações oprimidas (por sua vez predominantemente camponesa), dedicadas à solução de suas tarefas democráticas”.

“(...) A estrutura federada da União Soviética é fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma economia planifi-

cada e a descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado estavam oprimidas. Construído o estado operário sobre este princípio de compromisso de uma federação, o Partido Bolchevique inscreveu em sua Constituição o direito das nações à separação completa, indicando desse modo que não considera resolvida de uma vez e para sempre a questão nacional”.

“(...) Com toda segurança, sob o domínio imperialista é impossível uma independência genuína e estável, na qual as pequenas e médias nações possam confiar. Também é certo que no socialismo plenamente desenvolvido, isto é, com o desaparecimento progressivo do estado, desaparecerá também o problema das fronteiras nacionais. Mas também é certo que entre esses dois momentos, o do socialismo atual e o do socialismo realizado, transcorre décadas durante as quais nos preparamos para concretizar nosso programa. A consigna de Ucrânia soviética independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período de transição”.

“(...) Os nacionalistas ucranianos consideram correta a consigna de uma Ucrânia independente. Mas se opõem a relacionar esta consigna com a revolução proletária. Querem uma Ucrânia independente, democrática, e não soviética. Não é necessário entrar aqui em uma análise detalhada desta questão porque não tem a ver somente com a Ucrânia mas também com a caracterização geral de nossa época, que já fizemos muitas vezes. Delinearemos somente seus aspectos mais importantes.

A democracia está degenerando e desaparecendo inclusive em seus centros metropolitanos. Só os impérios coloniais mais ricos ou alguns países burgueses especialmente privilegiados podem manter, entretanto, um regime democrático, e muito degradado. A esperança de que a Ucrânia relativamente pobre e atrasada possa estabelecer e manter um regime democrático carece de todo fundamento. A independência da Ucrânia não duraria muito no marco imperialista. O exemplo da Checoslováquia é eloquente. Enquanto predominarem as leis do imperialismo, o destino das nações pequenas e médias continuará sendo instável. Somente a revolução proletária poderá derrubar o imperialismo”.

Observação: Os fragmentos acima correspondem ao texto “A independência da Ucrânia e o confucionismo sectário”, escrito em 30/julho de 1939, por Leon Trotsky.